EGAS MONIZ SCHOOL of HEALTH & SCIENCE | INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

MULHERES AGRESSORAS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE: CARACTERIZAÇÃO E COMPARAÇÃO COM HOMENS AGRESSORES

Trabalho submetido por
Cátia Filipa Correia Ferreira
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

outubro de 2023

EGAS MONIZ SCHOOL of HEALTH & SCIENCE | INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

MULHERES AGRESSORAS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE: CARACTERIZAÇÃO E COMPARAÇÃO COM HOMENS AGRESSORES

Trabalho submetido por
Cátia Filipa Correia Ferreira
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

Trabalho orientado por
Prof. Doutora Ana Cristina Neves

outubro de 2023

Resumo

A violência nas relações de intimidade (VRI) representa um problema de saúde pública a nível internacional, com consequências graves e prejudiciais para as vítimas. Nas últimas décadas, tem-se observado que as mulheres também podem ser perpetradoras desta violência. Estas apresentam um conjunto de problemáticas especificas, que merecem uma análise mais aprofundada, visando a prevenção deste tipo de violência. A nível nacional os estudos sobre esta problemática são escassos, destacando-se, assim, a necessidade de uma investigação mais aprofundada. O presente estudo encontra-se dividido em dois artigos. O primeiro, é uma revisão sistemática da literatura cujo objetivo é analisar os estudos selecionados sobre as características presentes nas mulheres agressoras de VRI, nomeadamente as suas motivações e fatores de risco. Os fatores de risco presentes nesta população foram o uso de substâncias, a desregulação emocional, as perturbações mentais, os problemas socioeconómicos e os déficits emocionais. O segundo estudo trata-se de um estudo empírico que teve como objetivo caracterizar uma amostra de 20 mulheres portuguesas em cumprimento de penas e medidas na comunidade por VRI e compará-las com uma amostra análoga de homens. Relativamente às características encontradas, destacam-se a impulsividade, as perturbações mentais, a vitimização na infância, os problemas de consumo, os problemas ao nível das relações familiares/conjugais, os défices de competências pessoais/sociais, as crenças de legitimação de violência e as atitudes pró-criminais. Estas também apresentavam motivações para a violência, mais especificamente, os problemas financeiros, os ciúmes e as situações de separação. No que concerne a diferença entre os sexos, verificou-se que os homens agressores participavam em programas dirigidos à problemática da violência com maior frequência e apresentavam em maior proporção crenças de legitimação da violência, impulsividade, atitudes pró-criminais e antecedentes criminais. Com base nos resultados obtidos, salienta-se a importância da implementação de programas de intervenção que consigam dar resposta às especificidades e problemáticas presentes nas mulheres agressoras.

Palavras-chave: *Violência nas relações íntimas; Mulheres Agressoras; Características*

Abstract

Intimate Partner Violence (IPV) represents an international public health issue with severe and harmful consequences for victims. Over the past decades, it has been observed that women can also be perpetrators of this violence. They exhibit a specific set of issues that warrant a more in-depth analysis aimed at preventing this type of violence. At the national level, studies on this issue are limited, highlighting the need for further research. This study is divided into two articles. The first is a systematic literature review with the objective of analyzing selected studies on the characteristics found in women who perpetrate IPV, including their motivations and risk factors. Risk factors present in this population included substance use, emotional dysregulation, mental disorders, socioeconomic problems, and emotional deficits. The second study is an empirical study that aimed to characterize a sample of 20 Portuguese women under community sentences for IPV and compare them with a similar sample of men. Regarding the characteristics identified, impulsivity, mental disorders, childhood victimization, substance abuse, problems in family/marital relationships, deficits in personal/social skills, beliefs in the legitimization of violence, and pro-criminal attitudes were prominent. These women also exhibited motivations for violence, specifically financial problems, jealousy, and separation situations. In terms of gender differences, it was found that male perpetrators more frequently participated in programs addressing violence issues and had a higher proportion of beliefs in the legitimization of violence, impulsivity, pro-criminal attitudes, and criminal histories. Based on the results, it emphasizes the importance of implementing intervention programs that can address the specific issues and challenges present in female perpetrators.

Keywords: *Intimate Partner Violence; Female Perpetrators; Characteristics*

Índice

Introdução 13

Artigo 1 - Mulheres Agressoras no Contexto da Violência nas Relações de Intimidade: Caracterização e Comparação com Homens Agressores

Introdução 21

Objetivo 23

Método 25

Equação de pesquisa 25

População Alvo 25

Critérios de Inclusão 25

Critérios de Exclusão 25

Seleção dos Estudos e Extração de Dados 26

Resultados 29

Amostras dos estudos 29

Desenho dos estudos 30

Motivações para a Perpretação de VRI 33

Fatores de risco para a Perpretação de VRI 33

Diferenças de género na Perpetração da VRI 33

Discussão 35

Implicações para estudos futuros 37

Limitações 38

Referências 41

Artigo 2 - Mulheres Agressoras no Contexto da Violência nas Relações de Intimidade: Uma Revisão Sistemática

Introdução 49

Mulheres agressoras de VRI 50

Comparação entre Mulheres Agressoras e Homens Agressores de VRI 52
O presente estudo 53
Método 55
Participantes 55
Medidas 56
Procedimento 56
Resultados 57
Caracterização Sociodemográfica 57
Dados Relativos à Decisão Judicial do Processo Atual 58
Dados sobre os Factos Criminais de VRI 60
Fatores motivacionais da violência 63
Características das Agressoras 65
Intervenção por parte do sistema de justiça 68
Discussão 71
Referências 77

Índice de Tabelas

Artigo 1 - Mulheres Agressoras no Contexto da Violência nas Relações de Intimidade: Uma Revisão Sistemática

Tabela 1. *Características dos artigos*…….....31

Artigo 2 - Mulheres Agressoras no Contexto da Violência nas Relações de Intimidade: Caracterização e Comparação com Homens Agressores

Tabela 1. *Caracterização sociodemográfica das mulheres agressoras de VRI*……..57

Tabela 2. *Condições judicialmente impostas aplicadas às mulheres agressoras de VRI*……...…...……59

Tabela 3. *Obrigação de Frequência em Programas de Prevenção da Violência por Sexo e Resultados do Teste do Qui-quadrado*……...….60

Tabela 4. *factos criminais da violência nas relações de intimidade das mulheres agressoras de VRI*……...…….60

Tabela 5. *Prática Continuada dos Crimes de Violência Doméstica no Âmbito do Processo Atual por Sexo e Resultados do Teste do Qui-quadrado*……..……..…61

Tabela 6. *Escalada da violência dos crimes de VRI*…..……...…61

Tabela 7. *Tipos de violência perpetrados pelas mulheres agressoras de VRI* ……..…...……62

Tabela 8. *Violência social por Sexo e Resultados do Teste do Qui-quadrado*……..…63

Tabela 9. *Fatores que motivaram/precipitaram da VRI por parte das mulheres agressoras*……...…….....64

Tabela 10. *Crenças de legitimação do uso da violência*……..65

Tabela 11. *Problemáticas/fatores de risco presentes nas agressoras*…...……..65

Tabela 12. *Impulsividade do agressor(a)*……...……...……..66

Tabela 13. *Atitudes pró-criminais*……..…….67

Tabela 14. *Antecedentes criminais*……..67

Tabela 15. *Condenação anterior por crime de violência doméstica*……...….67

Tabela 16. *Intervenção da DGRSP*……..…68

Tabela 17. *Participação em programas direcionados à problemática da VD*….68

Tabela 18. *Atitudes face à violência*……...…….……69

Tabela 19. *Atitudes da agressora face à intervenção*……..……70

Índice de Figuras

Figura 1. ***Fluxograma*** – PRISMA……..25

Lista de Abreviaturas

CTS-2 – Conflict Tactics Scale 2

DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DVAC – Domestic Violence Assessment Center

E.U.A – Estados Unidos da América

GPS – Gerar Percursos Sociais

HPI – Homicídio do parceiro íntimo

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

PAVD – Programa para Agressores de Violência Doméstica

PMWI – Psychological Maltreatment of Women Inventory

PMWS - Psychological Maltreatment of Women Scale

RSL – Revisão sistemática da literatura

SARA – Spousal Assault Risk Assessment

SES – Sexual Experiences Survey

VD – Violência doméstica

VRI – Vitimização nas relações de intimidade

Introdução

A violência nas relações de intimidade (VRI) constitui um fenómeno de grande complexidade e extrema gravidade, contribuindo significativamente para a vulnerabilidade social. Como tal, é amplamente reconhecida a nível internacional como um sério problema de saúde pública (Silva et al., 2020). Esta problemática é definida como a prática de comportamentos violentos numa relação de intimidade, abrangendo atos de violência física, psicológica e sexual, perpetrados por um cônjuge ou ex-cônjuge, namorado/a ou parceiro/a íntimo/a (Curry et al., 2018; Paiva & Figueiredo, 2004; WHO, 2021). Neste contexto, tais atos podem ocorrer tanto em relações de casais heterossexuais como em relações de casais homossexuais (Elísio et al., 2018) e podem variar em intensidade e frequência ao longo do tempo (Laskey et al., 2019). Adicionalmente, tem sido observado que a violência perpetrada por mulheres em relações íntimas ocorre com frequência e tem consequências negativas para as vítimas (Lynn et al., 2014). Estas agressoras tendem a apresentar problemáticas específicas, que diferem daquelas presentes nos homens agressores de VRI, justificando, portanto, uma análise aprofundada relativamente a esta temática (Henning & Feder, 2004; Seamans et al., 2007; Simmons et al., 2005; Simmons et al., 2008; Swan et al., 2008). Ainda assim, a literatura revela inconsistências no que diz respeito à perpetração da VRI por parte de homens e mulheres. Alguns investigadores têm considerado que a perpetração deste tipo de violência por ambos o sexo é semelhante e está frequentemente associada à falta de competências na resolução de conflitos (Johnson, 2006; Straus, 2011). No entanto, outros autores identificaram diferenças, argumentando que os homens tendem a recorrer mais à violência como forma de exercer poder e dominância sobre as suas parceiras, enquanto as mulheres mais frequentemente utilizam a VRI como autodefesa em resposta a atos violentos dos seus parceiros íntimos (Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Swan et al., 2008). Estas inconsistências reforçam a importância de uma análise mais aprofundada deste fenómeno.

A nível nacional, é importante mencionar que, embora existam alguns estudos (e.g., Beça, 2012; Matias et al., 2021; Sousela, 2006) que investiguem as características das mulheres que exercem violência nas relações de intimidade, ainda há uma falta de pesquisa significativa sobre esta população. Devido a esta lacuna de estudos, acredita-se que esta investigação fornecerá um importante contributo para o campo científico. Nesta perspetiva, este estudo pode contribuir ainda para o desenvolvimento de programas de

prevenção de violência que abrangem as diferenças de género na perpretação da VRI. A presente investigação encontra-se divida em dois artigos. O primeiro trata-se de uma revisão sistemática da literatura focada em obter uma descrição detalhada da literatura selecionada sobre as características presentes nas mulheres agressoras de violência nas relações de intimidade, nomeadamente as suas motivações e fatores de risco. O segundo, é um estudo empírico que teve como objetivo caracterizar uma amostra de 20 mulheres portuguesas em cumprimento de penas e medidas na comunidade por VRI e compará-las com uma amostra análoga de homens.

Referências

Beça, S. (2012). *A mulher enquanto agressora no crime de violência doméstica* [Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. http://hdl.handle.net/10284/3518

Curry, S. J., Krist, A. H., Owens, D. K., Barry, M. J., Caughey, A. B., Davidson, K. W., ... & Kubik, M. (2018). Screening for intimate partner violence, elder abuse, and abuse of vulnerable adults: us preventive services task force final recommendation statement. *Journal of the American Medical Association*, *320*(16), 1678-1687. https://doi.org/10.1001/jama.2018.14741

Elísio, R., Neves, S., & Paulos, R. (2018). A violência no namoro em casais do mesmo sexo: Discursos de homens gays. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (117), 47-72. http://dx.doi.org/10.4000/rccs.8149

Henning, K., & Feder, L. A. (2004). Comparison of men and women arrested for domestic violence: who presents the greater threat? *Journal of Family Violence 19*(2)*,* 69–80. https://doi.org/10.1023/B:JOFV.0000019838.01126.7c

Johnson, M. P. (2006). Conflict and control: gender symmetry and asymmetry in domestic *violence. Violence Against Women, 12*(11), 1003–1018. https://doi.org/10.1177/1077801206293328

Langhinrichsen-Rohling, J., McCullars, A., & Misra, T. A. (2012). Motivations for men and women's intimate partner violence perpetration: a comprehensive review. *Partner Abuse, 3*(4), 429–468. https://doi.org/10.1891/1946-6560.3.4.429

Laskey, P., Bates, E., & Taylor, J. (2019). A systematic literature review of intimate partner violence victimisation: an inclusive review across gender and sexuality. *Aggression and Violent Behavior*, *47*, 1-11. https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.02.014

Matias, A., Gonçalves, M., Soeiro, C., & Matos, M. (2021). Intimate partner homicide in portugal: what are the (as)symmetries between men and women? *European Journal on Criminal Policy and Research, 27*, 471–494. https://doi.org/10.1007/s10610-020-09469-w

Paiva, C. & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologia.* 36, 75-107. http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4211/1/Abuso%20no%20relacionamento%20%282004%29.pdf

Silva, A. F. D., Estrela, F. M., Soares, C. F. S., Magalhães, J. R. F. D., Lima, N. S., Morais, A. C., ... & Lima, V. (2020). Elementos precipitadores/intensificadores da violência conjugal em tempo da Covid-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, *25*, 3475-3480.

10.1590/1413-81232020259.16132020

Seamans, C., Rubin, L. & Stabb, S. (2007). Women domestic violence offenders: lessons of violence and survival. *Journal of trauma & dissociation, 8*(2). 47-68. https://doi.org/10.1300/j229v08n02-04.

Simmons, C. A., Lehmann, P., Cobb, N., & Fowler, C. R. (2005). Personality profiles of women and men arrested for domestic violence: An analysis of similarities and differences. *Journal of Offender Rehabilitation, 41*(4), 63–81. https://doi.org/10.1300/J076v41n04_03

Simmons, C., Lehmann, P. & Cobb, N. (2008). A comparison of women versus men charged with intimate partner violence: general risk factors, attitudes regarding using violence, and readiness to change. *Violence and victims*, *23*(5). 571-585. doi: 10.1891/0886-6708.23.5.571.

Sousela, L. (2006). *Violência conjugal feminina: contextos, motivos e consequências* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/52216

Stewart, L. A., Gabora, N., Allegri, N., & Stewart, M. C. (2014). Profile of female perpetrators of intimate partner violence in an offender population: implications for treatment. *Partner Abuse, 5*(2), 168-188. https://doi.org/10.1891/1946-6560.5.2.168

Straus, M. A. (2011). Gender symmetry and mutuality in perpetration of clinical-level partner violence: empirical evidence and implications for prevention and

treatment. *Aggression and Violent Behavior*, *16*(4), 279–288. https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.04.010

Swan, S. C., Gambone, L. J., Caldwell, J. E., Sullivan, T. P., & Snow, D. L. (2008). A review of research on women's use of violence with male intimate partners. Violence and victims, 23(3), 301–314. https://doi.org/10.1891/0886-6708.23.3.301

World Health Organization (2021). Violence Against Women. Retirado de: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women.

1º Artigo

Mulheres Agressoras no Contexto da Violência nas Relações de Intimidade: Uma Revisão Sistemática

Cátia Filipa Correia Ferreira

Instituto Universitário Egas Moniz

Introdução

A violência doméstica é um conceito complexo que abrange múltiplas definições (Sartin et al., 2006). Atualmente, sabe se que este fenómeno ocorre independentemente do sexo, do estatuto socioeconómico, da religião ou da cultura tanto da vítima como do agressor (Ridings et al., 2018). A violência doméstica inclui a violência nas relações de intimidade (VRI), tratando-se de uma problemática multidimensional (Manita 2008). A violência nas relações de intimidade pode ser definida como um conjunto de comportamentos que ocorrem no contexto das relações íntimas (e.g., casamento, namoro ou coabitação), que causam danos físicos, psicológicos ou sexuais, a um ou ambos os parceiros na relação (APAV,2020). Esta definição engloba a agressão física, sexual, psicológica e todos os comportamentos de controlo (Patra et al., 2018; WHO, 2012) do parceiro/a que ocorrem ao longo do tempo e variam de frequência e intensidade (Laskey et al., 2019; Machado et al., 2016). Este fenómeno surge não apenas em relações heterossexuais, mas também em relações homossexuais, e constitui um problema sério de saúde pública que pode ser prevenido (CDC, 2020).

A maioria da investigação relativamente à VRI tem-se focado principalmente na violência exercida pelos homens contra a sua parceira íntima, minimizando, a violência perpetrada por mulheres dirigida aos seus parceiros íntimos masculinos (Carney, Buttell & Dutton, 2007). No entanto, tem se verificado nas últimas décadas, um aumento dos estudos que concluíram que as mulheres perpetram violência nas relações íntimas de forma igual ou até semelhante aos homens (Fiebert, 2014). Esta violência tem consequências negativas e graves tanto para as vítimas masculinas ou femininas envolvidas nas relações de intimidade (Carney, Buttell & Dutton, 2007). Desta forma, a literatura tem-se focado em estudar as características (e.g., motivações, fatores de risco) destas agressoras, bem como, o contexto da agressão, contribuindo assim para um aumento do conhecimento desta problemática. Seguindo esta perspetiva, surgem vários autores que demonstraram que estas mulheres recorrem à violência como forma de autodefesa para escaparem ou para se protegerem das agressões dos seus parceiros íntimos (Chesney-Lind, 2002; Hester, 2012; Miller, 2001). Por outro lado, existe também a premissa de que estas mulheres também poderiam ser consideradas como agressoras primárias, ou seja, que frequentemente, eram as iniciadoras dos atos de violência nas suas relações de intimidade (Archer, 2000; Hester, 2012). Adicionalmente, outros investigadores optaram por analisar as razões relatadas pelas mulheres para a prática da

violência, sendo estas a raiva (Dasgupta, 2002; Hettrich & O'Leary, 2007; Hines & Malley-Morrison, 2001), a escalada da discussão verbal (Hettrich & O'Leary, 2007), a frustração, (Hettrich & O'Leary, 2007) a retaliação de um ato verbal (Hettrich & O'Leary, 2007), os défices comunicacionais (Hettrich & O'Leary, 2007), a autodefesa (Dasgupta, 2002; Hines & Malley-Morrison, 2001), a provocação por parte parceiro íntimo (Hines & Malley-Morrison, 2001) e a raiva (Dasgupta, 2002; Hines & Malley-Morrison, 2001). Por último, outro estudos centraram-se em examinar a existência de fatores de risco presentes nestas mulheres como o abuso de substâncias (Carney et al., 2007; Hester, 2012), os elevados níveis de agressividade (Ehrensaft et al., 2004), os problemas de gestão emocional, a impulsividade, o baixo autocontrolo (Moffitt et al., 2001; Shorey, et al., 2011), a vitimização na infância ou adolescência (Carney et al., 2007; Costa et al., 2015; Kevan, 2007) e as perturbações de personalidade (Carney et al., 2007).

Face à emergência destes estudos surgem recentemente as revisões sistemáticas centradas na perpetração da VRI por parte de mulheres agressoras (Costa et al., 2015; Pornari et al., 2013) focando-se nas suas motivações (Bair-Merritt et al., 2010), fatores de risco (Costa et al., 2015; Mackay et al., 2018), características e na eficácia dos tratamentos frequentados por estas (Laskey, 2016). A mais recente revisão sistemática focada especificamente nas características das mulheres agressoras foi a de Laskey realizada em 2016, que verificou a existência de algumas características comuns presentes nesta população nomeadamente, a (i) prevalência elevada de sintomas de trama, (ii) a desregulação emocional ou perda de controlo, (iii) o abuso de substâncias, (iv) a instabilidade de humor e (v) a personalidade dependente. No entanto, a autora debruçou-se mais incisivamente na eficácia das intervenções a que estas agressoras foram submetidas e não tanto nas suas características, fatores de risco e motivações. Neste seguimento, podemos constatar a importância de elaborar uma revisão sistemática mais recente do estado de arte da temática a analisar. Face ao exposto, a presente revisão sistemática (RSL) distingue-se das demais, dado que procura sintetizar os estudos já existentes sobre as características das mulheres agressoras de VRI, focando (i) os fatores de risco, (ii) as motivações e (iii) os contextos da agressão em diferentes tipos de amostras. Neste sentido esta RSL contribuirá para o aumento do conhecimento das especificidades destas mulheres, bem como para o desenvolvimento de programas de reabilitação criminal inclusivos e adaptados às necessidades de tratamento e problemáticas das mesmas, que em alguns aspetos tendem a diferir das problemáticas

presentes em agressores masculinos de VRI (Carney, et al. 2007; Hamberger & Potente, 1994).

Objetivo

O objetivo da presente revisão sistemática centra-se em obter uma descrição detalhada da literatura e dos estudos selecionados sobre as características presentes nas mulheres agressoras de violência nas relações de intimidade, nomeadamente as suas motivações e fatores de risco.

Método

Equação de pesquisa

A presente RSL foi elaborada de acordo com as diretrizes *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (Page et al., 2021). Os estudos foram criteriosamente selecionados artigos desde janeiro de 2022 a Fevereiro de 2023 nas seguintes bases de dados*: B-on*, *PubMed*, Google Académico e *EBSCO*. Para efetuar o processo de seleção foi utilizada a seguinte equação de pesquisa: TI ("Female offenders" OR "Woman offenders" OR "Female perpetrators") AND ("Intimate partner violence" OR "Domestic violence" OR "Partner abuse" OR "Marial abuse" OR "Spousal abuse" OR " Marital violence" OR " Dating abuse" OR "Battery" OR " Intimate terrorism") AND (" Characteristics" OR "Risk factors" OR "Predictors").

População Alvo

A população de interesse desta RSL são mulheres agressoras de violência nas relações de intimidade. Contudo foram aceites estudos que utilizaram uma amostra mista, uma vez, que permitem comparar e verificar as diferenças relativamente às características, motivações e fatores de risco entre homens e mulheres agressores de VRI.

Critérios de Inclusão

Os estudos incluídos na revisão sistemática foram escolhidos de acordo com os seguintes critérios de inclusão (i) Estudos empíricos quantitativos que (ii) visassem as características demográficas, psicológicas e motivacionais, bem como (iii) os fatores de risco para a VRI. Embora não tenham sido aplicadas restrições geográficas, os estudos deveriam ser (iv) redigidos em português, inglês ou espanhol e (v) publicados desde 2000 a 2023. Além disso, teriam de ser (vi) publicados em revistas académicas e revisados por pares.

Critérios de Exclusão

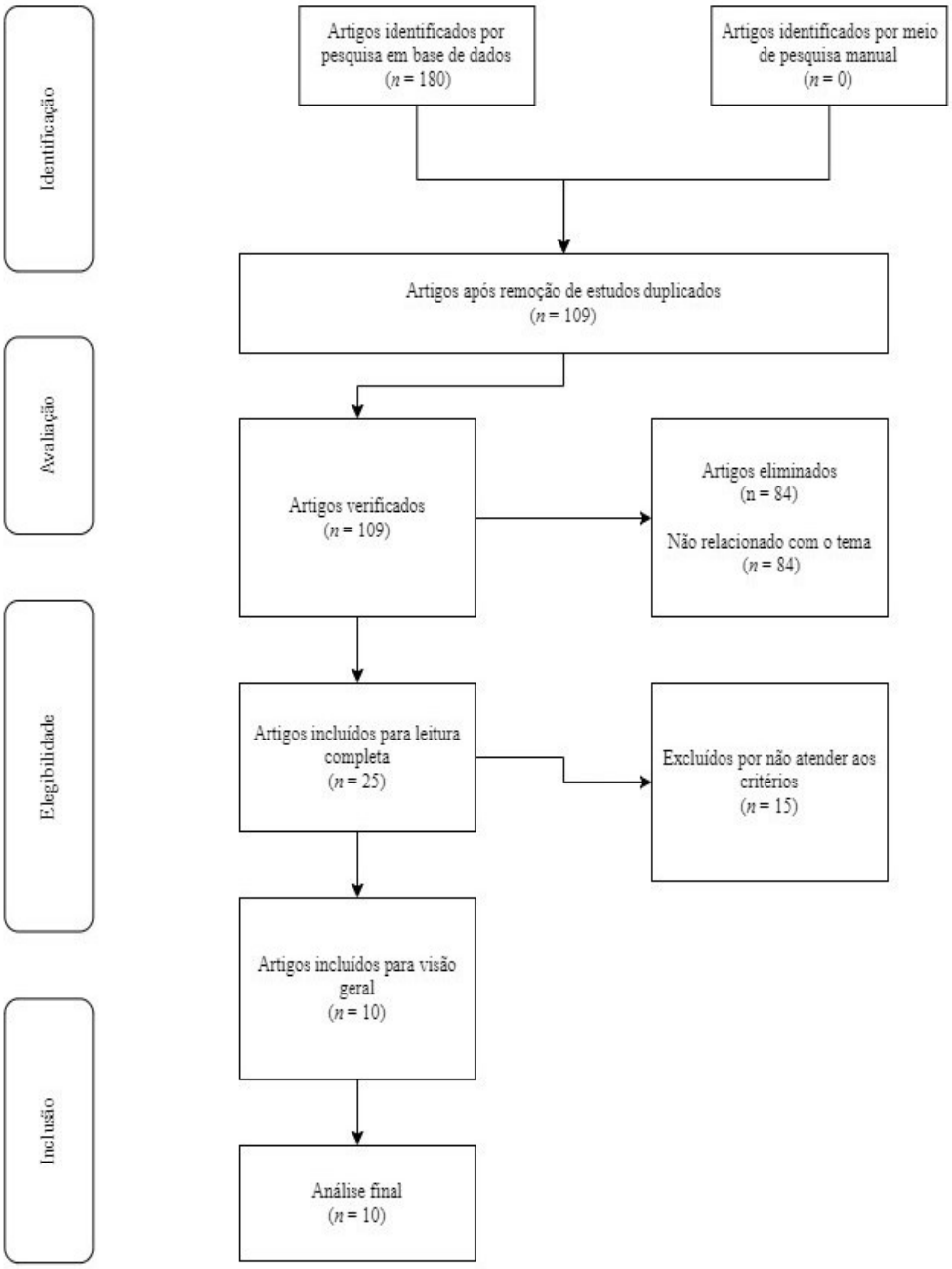
Os critérios de exclusão de artigos foram: (i) Estudos teóricos e de caso, revisões narrativas, revisões sistemáticas e meta análises, livros, relatórios, dissertações ou teses, comentários, resumos de congressos e (ii) estudos de validação de instrumentos. Além disso foram excluídos estudos em que (iv) a amostra era constituída por mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade e que (v) focassem outros tipos de violência perpetrada por mulheres (e.g., abuso infantil).

Seleção dos Estudos e Extração de Dados

A Figura 1 demonstra o processo de seleção dos artigos incluídos neste estudo. Inicialmente os artigos foram analisados e selecionados primeiramente pelo título, seguidamente pelo resumo/abstract e por último pelo texto integral. Através da pesquisa realizada nas bases de dados foram identificados 180 artigos. Após a remoção dos duplicados permaneceram 109, depois da seleção através do título ficaram 18 artigos, e finalmente após a análise do abstract restaram 10 artigos para serem examinados de forma integral. Os artigos não incluídos no estudo foram excluídos devido aos seguintes motivos: a) não detinham a população pretendida que concerne as mulheres ofensoras de VRI; b) as variáveis estudadas não correspondiam ao objetivo da presente revisão sistemática; C) eram estudos que detinham uma metodologia diferente do pretendido (e.g., revisão sistemática, métodos teóricos). Este processo pode ser melhor compreendido através do fluxograma do PRISMA presente na figura 1.

Figura 1.

Fluxograma.



Resultados

Amostras dos estudos

No que diz respeito à psicopatia (EPA-SF) (Tabela 2) os participantes do estudo apresentam uma média inferior ao valor médio das escalas nas dimensões Antagonismo (M=31,33; DP= 5,66), Desinibição (M=60,47; DP=8,02) e Narcisismo (M=26,35; DP=5,48) e um valor próximo da média da escala para a dimensão Estabilidade Emocional (e.g., Invulnerabilidade, Autossatisfação e Despreocupação) (M=33,42; DP=6.16).

A Tabela 1 demonstra as características dos artigos englobados na presente revisão sistemática, incluindo os objetivos, os conceitos, as amostras, os instrumentos, os resultados e as limitações dos mesmos.

Como resultado, para esta RSL, foram incluídos dez estudos empíricos publicados entre 2003 e 2021. Todos os estudos incluíram na sua amostra as mulheres agressoras de VRI, porém, alguns englobam também homens agressores (Caman et al., 2016; Carlsson et al., 2021; Gass et al., 2011; Henning et al., 2003; Muftic & Baumann, 2012; Whitaker, 2013). Relativamente aos tamanhos da amostra, estes variam de N = 45 (Caman et al., 2016) a N = 5035 (Whitaker, 2013), compreendendo um total de 12194 participantes. As idades dos participantes compreenderam entre os 18 e os 71 anos, sendo que a idade média variava entre 20 (SD = 2.59) (Whitaker, 2013) e 43 (SD = 16.6) (Caman et al., 2016).

Adicionalmente, alguns estudos apresentavam uma amostra reduzida de ofensoras femininas de VRI (Caman et al., 2016; Carlsson et al., 2021). Por fim, algumas amostras destacaram-se pela sua homogeneidade (Henning et al., 2003; Whitaker, 2013).

As populações elegidas pelos autores dos artigos nas investigações foram forenses, ou seja, indivíduos que foram condenados pela perpetração da VRI (Henning et al., 2003; Henning et al., 2006; Stuart et al., 2006), pelo homicídio do seu/sua parceira (Caman et al, 2016; Carlsson et al.,2021) e pelo femicidio (Muftic & Baumann; 2012). Contudo dois estudos utilizaram amostras comunitárias (Caldwell et al., 2009; Gass et al., 2011) e um estudo amostras universitárias (Whitaker, 2013).

Dos dez estudos, seis foram realizados nos Estados Unidos da América (Caldwell et al., 2009; Henning et al., 2003; Henning et al., 2006; Muftic & Baumann, 2012; Stuart

et al., 2006; Whitaker, 2013), dois na Suíça (Caman et al; 2016; Carlsson et al.,2021), um no Canadá (Lynn et al., 2014) e um na África do Sul (Gass et al., 2011).

Desenho dos estudos

No que concerne a métodos de investigação científica utilizados, sete estudos recorreram a métodos qualitativos (Caman et al., 2016; Carlsson et al., 2021; Gass et al., 2011; Henning et al., 2003; Lynn et al., 2014; Muftic & Baumann, 2012; Whitaker, 2013), dois estudos recorreram a métodos mistos (Caldwell et al., 2009; Henning et al., 2006) e um estudo recorreu a métodos quantitativos (Stuart et al., 2006) e mistos. Estes estudos obtiveram os dados através da consulta de registos judiciais, de estudos realizados por instituições, de entrevistas e de diferentes instrumentos (e.g., CTS-2; PMWS).

Tabela 1
Características dos artigos científicos

Identificação do estudo	País	Objetivos	Conceitos	Amostra	Instrumentos	Resultados/Discussão	Limitações
Henning et al. (2003)	E.U.A	Analisar as diferenças e as semelhanças entre os homens e as mulheres agressoras de VD relativamente às características demográficas e aos problemas de saúde mental	VD	2.254 homens e 281 mulheres em cumprimento de pena	Questionário e entrevistas realizado pelo DVAC	As mulheres agressoras apresentavam os seguintes fatores de risco: vitimização infantil, insatisfação com a relação íntima atual, vitimização na relação íntima atual, pensamentos suicidas, perturbações do humor e perturbações de personalidade	Amostra homogénea relativamente à etnia
Gass et al. (2011)	África do Sul	Analisar as diferenças de género nos preditores de VRI numa amostra de mulheres e homens da África do Sul	Violência nas relações de intimidade	1,715 adultos casados ou em união de fato perpetradores de VRI	Informação obtida através de um estudo nacional acerca do stress e da saúde mental da população da África do Sul	Verificaram níveis elevados de vitimização por parte de um parceiro íntimo nas mulheres agressoras. Existiam fortes preditores de VRI para ambos os sexos, tais como: exposição a violência interparental na infância, abuso físico infantil vivenciado e abuso de sustâncias	Não recolheram informação sobre a gravidade, frequência e contexto em que ocorreu a VRI; Desejabilidade social
Muftic & Baumann (2012)	E.U.A	Analisar o femicidio realizado por mulheres agressoras	Femicidio	403 casos de femicidio, nos quais 39 foram perpetrados por mulheres e 364 foram realizados por homens	Consulta processual	No femicidio perpetrado por mulheres, estas tendiam a ter uma relação de intimidade com a vítima; existem diferenças entre ambos os sexos relativamente à idade, motivos e tendências suicidas após o cometimento do crime	Fidedignidade da informação consultada; Utilização de poucas variáveis que poderiam elucidar melhor as diferenças entre os dois sexos (e.g., literacia, estatuto socioeconómico)

Whitaker. (2013)	Estados Unidos da América	Explorar as motivações para a prática de VRI por parte dos homens e das mulheres e a sua influência na perpetração de violência física e psicológica	VRI	Homens e mulheres licenciados com idades entre os 18 e os 25 anos	Consulta de dados de um estudo transversal realizado na região sudeste dos E.U.A	As mulheres recorriam com maior frequência à violência física contrariamente aos homens; Os motivos para a VRI reportados pelas mulheres foram: temperamento, controlo, punição e retaliação	Itens de resposta fechada podem omitir informações importantes Os resultados não podem ser generalizados devido à amostra utilizada (e.g., universitária)
Caman et al. (2016)	Suíça	Identificar as semelhanças e as diferenças entre homens e mulheres perpetradores de homicídio do parceiro íntimo, analisando as suas características sociais, criminas e psiquiátricas	HPI	47 perpetradores masculinos e 9 perpetradores femininos	Consulta processual de registos de homicídios na Suíça	A maioria das mulheres perpetradoras de HPI eram desempregadas, detinham uma perturbação de personalidade, recorriam ao abuso de substâncias e possuíam registo criminal de atos não violentos, eram vitimizadas na relação atual. O crime geralmente é praticado no contexto de uma relação íntima intacta e como ato de autodefesa.	Amostra de mulheres reduzida A metodologia retrospetiva pode prejudicar a fidedignidade dos motivos
Carlsson et al. (2021)	Suíça	Examinar a perpetração de HPI em homens e mulheres agressoras	HPI	48 homens e 10 mulheres perpetradoras de HPI.	Consulta processual de registos de tribunais da Suíça	Os motivos para preparação de HPI por parte das mulheres eram os ciúmes, e ameaças de divórcio ou separação. Os fatores de risco predominantes das mulheres eram, o desemprego, o abuso de substâncias, baixo estatuto socioeconómico e baixa literacia.	Amostra reduzida.
Lynn et al. (2014)	Canadá	Analisar o contexto, as consequências e os motivos da VRI perpetrada por mulheres	VD	135 mulheres agressoras de VRI, em cumprimento de pena no Correctional Service do Canadá	Consulta processual; SARA	Os fatores de risco predominantes foram: atos de violência física direcionados a parceiros íntimos anteriores, abuso de substâncias, vitimização na infância problemas emocionais, de emprego e familiares	Utilização de informação relatada pelas próprias participantes do estudo. Existia um número reduzido de mulheres perpetradoras de VRI em relações homossexuais

Nota. **CTS-2**: Conflict Tactics Scale 2; **DVAC**: Domestic Violence Assessment Center; **E.U.A**: Estados Unidos da América; **SARA**: Spousal Assault Risk Assessment; **SES**: Sexual Experiences Survey; **HPI**: Homicídio do parceiro íntimo; **PMWI**: Psychological Maltreatment of Women Inventory; **PMWS**: Psychological Maltreatment Of Women Scale; **VD**: violência doméstica; **VRI**: Violência nas relações de intimidade;

Motivações para a Perpretação de VRI

As motivações para a perpretação da VRI foram analisadas em 5 estudos. As razões apresentadas pelas mulheres agressoras deste crime são múltiplas e variadas (Stuart et al., 2006). Os autores verificaram que as mulheres tendiam a recorrer a atos de violência direcionados aos seus parceiros íntimos devido (i) à necessidade de autodefesa (Caldwell et z referidas para o homicídio do parceiro íntimo cometido por mulheres foram a separação ou divórcio, ciúmes e em alguns casos, a necessidade de autodefesa (Caldwell et al., 2009).

Fatores de risco para a Perpretação de VRI

Relativamente aos fatores de risco, quatro estudos concluíram que os preditores que mais influenciam a perpetração da VRI por parte das mulheres agressoras são (i) a vitimização infantil (e.g., exposição a violência interparental, abuso físico) (Gass et al., 2011; Henning et al., 2003; Lynn et al., 2014), (ii) insatisfação com a relação atual (Henning et al., 2003), (iii) tendências suicidas (Henning et al., 2003), (iv) perturbações de personalidade (Henning et al., 2003), (v) perturbações de humor (e.g., depressão, ansiedade) (Gass et al., 2011) (vi) abuso de substâncias (Caman et al., 2016; Gass et al., 2011; Lynn et al., 2014), (vii) desemprego (Caman et al., 2016; Lynn et al., 2014), (viii) vitimização na relação atual (Caman et al., 2016; Lynn et al., 2014), e (ix) déficits emocionais (Lynn et al., 2014).

Diferenças de género na Perpetração da VRI

Relativamente às diferenças de género na perpetração da VRI, os estudos verificaram algumas diferenças entre homens e mulheres agressoras. Estas tendiam a perpetrar mais violência física comparativamente com os homens (Whitaker et al., 2013). Contrariamente, também se observou que os ofensores masculinos tendiam a perpetrar violência íntima no geral contra as suas parceiras (Gass et al., 2011), a serem mais controladores e violentos do que elas (Henning et al., 2006).

No que concerne ao homicídio do parceiro íntimo, observou-se que quando o crime era cometido por mulheres, existia uma maior probabilidade de estas terem uma relação de intimidade com a vítima (e.g., parceiro íntimo, familiar) ao contrário dos homens (Muftic & Baumann, 2012). Os agressores masculinos geralmente costumam recorrer ao suicido após a realização do crime (Muftic & Baumann, 2012) e este tende a ocorrer no contexto de separação. Em oposição, as mulheres assassinaram o seu parceiro

íntimo quando a relação ainda se encontrava intacta, maioritariamente como forma de autodefesa.

Ainda no contexto deste crime, algumas semelhanças foram encontradas relativamente aos fatores de risco em ambos os sexos, tais como, (i) vitimização na infância (Gass et al., 2011; Whitaker et al., 2013), (ii) insatisfação com a relação atual (Whitaker et al., 2013), (iii) baixo estatuto socioeconómico (Caman et al., 2016; Gass et al., 2011), e (iv) desemprego (Caman et al., 2016).

Discussão

Os resultados indicam que os estudos sobre as características (e.g. motivações, fatores de risco) das mulheres perpetradoras de violência nas relações íntimas continuam a ser escassos (Lynn et al., 2014).

No que se refere às amostras dos estudos selecionados, todos incluíram as mulheres agressoras de VRI. No entanto, alguns autores adicionaram homens agressores de VRI nas mesmas com o propósito de realizar a comparação entre ambos os sexos (Caman et al., 2016; Carlsson et al., 2021; Gass et al., 2011; Henning et al., 2003; Muftic & Baumann, 2012; Whitaker, 2013). Na sua maioria as populações selecionadas foram forenses (Caman et al; 2016; Carlsson et al., 2021; Henning et al., 2003; Henning et al., 2006; Lynn et al., 2014; Muftic & Baumann; 2012; Stuart et al., 2006), enquanto que, as restantes, foram comunitárias (Caldwell et al., 2009; Gass et al., 2011) e universitárias (Whitaker, 2013). Relativamente ao desenho dos estudos, a maioria foram qualitativos (Caman et al., 2016; Carlsson et al., 2021; Gass et al., 2011; Henning et al., 2003; Lynn et al., 2014; Muftic & Baumann, 2012; Whitaker, 2013), sendo os restantes, quantitativos (Stuart et al., 2006) e mistos (Caldwell et al., 2009; Henning et al., 2006). Em termos dos países onde foram elaborados os estudos, a maioria foi nos Estados Unidos da América (Caldwell et al., 2009; Henning et al., 2003; Henning et al., 2006; Muftic & Baumann, 2012; Stuart et al., 2006; Whitaker, 2013), e os restantes em países como a Suíça (Caman et al; 2016; Carlsson et al.,2021), e o Canadá (Lynn et al., 2014) e a África do Sul (Gass et al., 2011). Assim, apenas dois estudos ilustram a cultura europeia, visto que, foram os únicos que foram realizados na Suíça (Cama et al; 2016; Carlsson et al., 2021).

A homogeneidade (Henning et al., 2003; Whitaker, 2013) e o número reduzido de mulheres agressoras (Cama et al., 2016; Carlsson et al., 2021) em alguns artigos constituem limitações apontadas pelos autores que poderiam comprometer a generalização dos resultados. Posto estes factos, seria necessária a inclusão de amostras mais abrangentes e heterogéneas. Neste seguimento, outra limitação prende-se com o facto de alguns autores também utilizarem como metodologia a consulta processual, sem corroborarem alguma da informação recolhida através de outras fontes externas (Muftic & Baumann, 2012; Stuart et al., 2006). Por fim, alguns artigos recorreram a instrumentos que envolviam a existência do autorrelato, por parte das mulheres agressoras acerca dos seus comportamentos negativos, o que poderia ter impacto ao nível da desejabilidade social das mesmas (Caldwell et al., 2009; Henning et al., 2006; Lynn et al., 2014; Stuart

et al., 2006). No entanto, estes instrumentos de autorrelato permitiram ter conhecimento da visão que estas mulheres detinham acerca de si mesmas e dos seus comportamentos e atitudes. Uma forma de contornar estas limitações seria juntar os dois métodos e consultarem outras fontes externas de forma a corroborar a informação obtida.

Face às problemáticas da população alvo, a presente revisão sistemática, de forma semelhante à revisão sistemática de 2016 (Laskey,2016) identificou características presentes nas mulheres agressoras de VRI, nomeadamente o uso de substância (Cama et al., 2016; Gass et al., 2011; Lynn et al., 2014), a desregulação emocional (Stuart et al., 2006) e as perturbações de humor (Gass et al., 2011). Contudo, para além destas características, a presente revisão sistemática identificou vários fatores de risco presentes nestas agressoras que merecem ser alvo de análise, nomeadamente, a vitimização infantil (Gass et al., 2011; Henning et al., 2003; Lynn et al., 2014), a insatisfação com a relação atual (Henning et al., 2003), as tendências suicidas (Henning et al., 2003), as perturbações de personalidade (Henning et al., 2003) o desemprego (Caman et al., 2016; Lynn et al., 2014), a vitimização na relação atual (Caman et al., 2016; Lynn et al., 2014) e os déficits emocionais (Lynn et al., 2014). Adicionalmente, os autores dos artigos verificaram diversas motivações para a perpetração da violência que constituem também preditores para os comportamentos violentos desta população, são estas, a necessidade de autodefesa (Caldwell et al., 2009; Stuart et al., 2006; Whitaker et al., 2013), a instigação por parte do parceiro intimo (Stuart et al., 2006), a necessidade de retaliação (Stuart et al., 2006; Whitaker et al., 2013), o baixo autocontrolo (Caldwell et al., 2009; Whitaker et al., 2013) , os ciúmes (Caldwell et al., 2009), e a necessidade de dominância do parceiro intimo (Whitaker et al., 2013). É importante destacar uma conclusão encontra em ambas revisões sistemáticas, que constituí o facto de as mulheres agressoras de IPV serem na sua maioria primeiramente vítimas desta violência por parte dos seus parceiros masculinos (Henning et al., 2006; Stuart et al., 2006; Gass et al., 2011, Laskey, 2016).

A presente revisão distingue-se também pelo facto de englobar estudos que incluíram mulheres perpetradoras de violência letal nas relações de intimidade (e.g., homicídio do parceiro íntimo) demonstrando algumas das suas características especificas como os ciúmes, a necessidade de autodefesa (Caldwell et al., 2009), a vitimização na infância (Gass et al., 2011; Whitaker et al., 2013), a insatisfação com a relação atual (Whitaker et al., 2013), baixo estatuto socioeconómico (Caman et al., 2016; Gass et al., 2011), e desemprego (Caman et al., 2016). vitimização na infância (Gass et al., 2011;

Whitaker et al., 2013) insatisfação com a relação atual (Whitaker et al., 2013), baixo estatuto socioeconómico (Caman et al., 2016; Gass et al., 2011), e desemprego (Cama et al., 2016).

Por fim, é importante salientar que os estudos demonstraram a existência de diferenças entre homens e mulheres agressoras de VRI relativamente à perpetração de violência. As mulheres tendiam a perpetrar mais violência física contra o seu parceiro masculino (Whitaker et al., 2013) e estes tendiam a demonstrar mais comportamentos violentos e de controlo (Henning et al., 2006). Relativamente ao homicídio do parceiro íntimo que constitui uma forma letal de violência nas relações íntimas, também foram encontradas diferenças entre os géneros, relativamente ao contexto do crime (Muftic & Baumann, 2012). Estes factos comprovam que existem especificidades e características que são distintas dos homens e das mulheres agressoras, o que por sua vez, realça a necessidade de estas serem alvo de investigação.

Através da análise dos 10 estudos presentes nesta revisão sistemática podemos concluir que as mulheres agressoras de VRI constituem uma população com problemáticas diversas e especificas que em alguns aspetos se distinguem comparativamente aos homens agressores de VRI e que devem ser investigadas e incluídas em programas de intervenção psicológica com a finalidade de reduzir a criminalidade e os comportamentos violentos das mesmas.

Implicações para estudos futuros

A presente revisão mostra que existem algumas necessidades de investigação nesta área, relativamente ao facto de as mulheres agressoras serem maioritariamente vítimas de violência na sua relação atual. Stuart e colaboradores (2006) identificaram a possibilidade de existirem categorias destas agressoras, dado que, as mulheres que eram vitimas de VRI severa tendiam significativamente a recorrer à violência como forma de autodefesa, comparativamente com as mulheres que sofriam de VRI de menor gravidade. Seria importante investigar estas tipologias de mulheres agressoras, sendo que a vitimização é algo recorrente. Outro aspeto que seria benéfico investigar prende-se com o tipo de violência perpetrada contra o parceiro íntimo masculino, uma vez que as mulheres tendiam a perpetrar violência sexual com menor frequência (Caldwell et al., 2009)

Numa perspetiva futura, seria revelante explorar em detalhe as características das mulheres que exercem VRI em relação a parceiras íntimas femininas, dado que, alguns autores possuíam as mesmas nas suas amostras em reduzida quantidade (Stuart et al., 2006; Lynn et al., 2014, Muftic & Baumann; 2012). Finalmente, analisar as características destas agressoras em amostras europeias é imprescindível de forma a obter resultados mais representativos.

Limitações

A presente revisão sistemática possui algumas limitações que devem ser consideradas. Uma das limitações concerne os idiomas dos estudos identificados, pois, apenas foram incluídos estudos em inglês, português e espanhol.

Nesta perspetiva, os artigos publicados em outros idiomas poderiam adicionar resultados e informações pertinentes acerca da problemática investigada. Adicionalmente, o número reduzido de estudos incluídos na revisão, e a falta de estudos europeus compromete os resultados da presente revisão, que por estas razões, não podem ser generalizáveis. Ainda assim, também não foram incluídos artigos não publicados e dissertações o que reduz a validade científica do presente estudo. Por fim, nenhum estudo abrangido analisou especificamente amostras de mulheres agressoras de VRI homossexuais, o que limita a aquisição de conhecimento sobre as suas características.

Apesar das limitações, esta revisão possui implicações práticas, visto que, contribuiu para o aumento do conhecimento das características das mulheres agressoras de VRI e das suas problemáticas que podem ser alvo de intervenção. Assim sendo, este conhecimento poderá ser uma mais-valia para os técnicos e psicólogos que intervém junto desta população.

Estas problemáticas englobam os fatores de risco e as motivações presentes nesta população que tendem a contribuem para a reincidência dos comportamentos violentos (Caldwell et al., 2009; Gass et al., 2011).

Do ponto de vista da prevenção primária seria importante procurar disponibilizar acesso a recursos e apoio social a estas mulheres, dado que, o desemprego (Cama et al., 2016; Lynn et al., 2014) e o baixo estatuto socioeconómico são fatores de risco presentes nas mesmas. Além disso também é importante identificar quando a mulher é agressora primária ou primeiramente vítima, dado, que podem existir necessidades de tratamentos diferentes (Henning et al., 2006).

Relativamente à prevenção secundária é prioritário promover nestas mulheres competências sociais, autorregulação emocional, estratégias que previnam o consumo de substâncias (Caman et al., 2016; Gass et al., 2011; Lynn et al., 2014) e as dinâmicas de relações disruptivas e violentas. Adicionalmente, seria importante também que estas agressoras fossem alvo de intervenções que remetessem para o tratamento das perturbações psicológicas (Gass et al., 2011; Henning et al., 2003).

Referências

Archer J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: a meta-analytic review. *Psychological bulletin, 126*(5), 651–680. https://doi.org/10.1037/0033-2909.126.5.651

Associação Portuguesa de Apoio à vítima (APAV). (2020). Homens vítimas de violência nas relações de intimidade. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/FI_HomensVitimas_2020.pdf

Bair-Merritt, M. H., Crowne, S. S., Thompson, D. A., Sibinga, E., Trent, M., & Campbell, J. (2010). Why do women use intimate partner violence? a systematic review of women's motivations. Trauma, Violence & Abuse, 11(4), 178–189. http://dx.doi.org/10.

1177/1524838010379003.

Caman, S., Howner, K., Kristiansson, M., & Sturup, J. (2016). Differentiating male and female intimate partner homicide perpetrators: A study of social, criminological and clinical factors. *The International Journal of Forensic Mental Health, 15*(1), 26–34. https://doi.org/10.1080/14999013.2015.1134723

Caldwell, J. E., Swan, S. C., Allen, C. T., Sullivan, T. P., & Snow, D. L. (2009). Why I hit him: women's reasons for intimate partner violence. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma, 18*(7), 672–697. https://doi.org/10.1080/10926770903231783

Carlsson, L., Lysell, H., Enander, V., Örmon, K., Lövestad, S., & Krantz, G. (2021). Socio-demographic and psychosocial characteristics of male and female perpetrators in intimate partner homicide: A case-control study from region västra götaland, sweden. *PloS one*, *16*(8), 1-15. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0256064

Carney, M., Buttell, F. & Dutton, D. (2007). Women who perpetrate intimate partner violence: a review of the literature with recommendations for treatment. *Aggression and violent behaviour. 12*, 108-115. doi: 10.1016/j.avb.2006.05.002

Centers for Disease Control and Prevention (2020). *Intimate partner violence*. Retrieved from: https://www.cdc.gov/violenceprevention/intimatepartnerviolence/index.html.

Chesney, M. (2002). Criminalizing victimization: the unintended consequences of pro-arrest policies for girls and women. *Criminology & Public Policy, 2*(1), 81–90. https://doi.org/10.1111/j.1745-9133.2002.tb00108.x

Costa, B. M., Kaestle, C. E., Walker, A., Curtis, A., Day, A., Toumbourou, J. W., & Miller, P. (2015). Longitudinal predictors of domestic violence perpetration and victimization: A systematic review. *Aggression and violent behavior*, *24*, 261-272. https://doi.org/10.1016/j.avb.2015.06.001

Dasgupta, S. D. (2002). A framework for understanding women's use of nonlethal violence in intimate heterosexual relationships. *Violence Against Women*, *8*(11), 1364–1389. https://doi.org/10.1177/107780102237408

Ehrensaft, M. K., Moffitt, T. E., & Caspi, A. (2004). Clinically abusive relationships in an unselected birth cohort: men's and women's participation and developmental antecedents. *Journal of abnormal psychology, 113*(2), 258–270. https://doi.org/10.1037/0021-843X.113.2.258

Fiebert, M.S. (2014). References examining assaults by women on their spouses or male partners: an updated annotated bibliography. *Sexuality & Culture 18*, 405–467. https://doi.org/10.1007/s12119-013-9194-1

Gass, J. D., Stein, D. J., Williams, D. R., & Seedat, S. (2011). Gender Differences in Risk for Intimate Partner Violence Among South African Adults. *Journal of Interpersonal Violence, 26*(14), 2764–2789. https://doi.org/10.1177/0886260510390960

Hamberger, L. K., & Potente, T. (1994). Counseling heterosexual women arrested for domestic violence: implications for theory and practice. *Violence and Victims, 9*(2), 125–137. https://doi.org/10.1891/0886-6708.9.2.125

Henning, K., Jones, A., & Holdford, R. (2003). Treatment needs of women arrested for domestic violence: a comparison with male offenders. *Journal of Interpersonal Violence, 18*(8), 839–856. https://doi.org/10.1177/0886260503253876

Henning, K., Renauer, B., & Holdford, R. (2006). Victim or offender? heterogeneity among women arrested for intimate partner violence. *Journal of Family Violence, 21*(6), 351–368. https://doi.org/10.1007/s10896-006-9032-4

Hester, M. (2012). Portrayal of women as intimate partner domestic violence perpetrators. *Violence Against Women, 18*(9), 1067-1082. https://doi.org/10.1177/1077801212461428

Hester, M. (2013). Who does what to whom? gender and domestic violence perpetrators in english police. *European Journal of Criminology, 10*(5), 623–637. https://doi.org/10.1177/1477370813479078

Hettrich, E. L., & O'Leary, K. D. (2007). Females' reasons for their physical aggression in dating relationships. *Journal of Interpersonal Violence*, *22*(9), 1131–1143. https://doi.org/10.1177/0886260507303729

Hines, D. A., & Malley-Morrison, K. (2001). Psychological effects of partner abuse against men: a neglected research area. *Psychology of Men & Masculinity, 2*(2), 75–85. https://doi.org/10.1037/1524-9220.2.2.75

Kevan, N. (2007). Domestic violence: research and implications for batterer programmes in europe. *European Journal on Criminal Policy and Research, 13*(3), 213-225. https://doi.org/10.1007/s10610-007-9045-4

Koss, M., Gidycz, C., & Wisniewski, N. (1987). The scope of rape: incidence and prevalence of sexual aggression and victimization in a national sample of higher education students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 55*, 162–170.

Laskey, P. (2016). Systematic review of female perpetrators of intimate partner violence and their treatment. *Journal of Applied Psychology and Social Science, 2*(1), 62–88.

Laskey, P., Bates, E., & Tdaaylor, J. (2019). A systematic literature review of intimate partner violence victimization: An inclusive review across gender and sexuality. *Aggression and Violent Behavior, 47*, 1-11. https://doi:10.1016/j.avb.2019.02.014

Machado, A., Hines, D., & Matos, M. (2016). Help-seeking and needs of male victims of intimate partner violence in portugal. *Psychology of Men & Masculinity, 17*(3), 255-264. https://doi:10.1037/men0000013

Mackay, J., Bowen, E., Walker, K., & O'Doherty, L. (2018). Risk factors for female perpetrators of intimate partner violence within criminal justice settings: a systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, *41*, 128-146. https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.06.004

Manita, C. (2008). Programas de intervenção em agressores de violência conjugal: intervenção psicológica e prevenção da violência doméstica. *Ousar integrar – revista de reinserção social e prova, 1*, 21-32. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/64477

Miller, S. (2001). The paradox of women arrested for domestic violence: criminal justice professionals and service providers respond. *Violence Against Women, 7*(12), 1339–1376. https://doi.org/10.1177/10778010122183900

Moffitt, T. E., Caspi, A., Rutter, M., & Silva, P. A. (2001). Sex differences in antisocial behaviour: conduct disorder, delinquency, and violence in the dunedin longitudinal study. *Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press*. https://doi.org/10.1017/CBO9780511490057

Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., & PRISMA Group (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *PLoS medicine*, *6*(7), e1000097. https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097

Muftic, L. R., & Baumann, M. L. (2012). Female versus male perpetrated femicide: an exploratory analysis of whether offender gender matters. *Journal of interpersonal violence*, *27*(14), 2824–2844. https://doi.org/10.1177/0886260512438282

Page, M., McKenzie, J., Bossuyt, P., Boutron, I., Hoffmann, T., Mulrow, C., Shamseer, L., Tetzlaff, J., Ak, E., Brennan, S., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J., Hróbjartsson, A., Lalu, M., Li, T., Loder, E., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., … & Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *PLoS Medicine, 18*(3), e1003583. doi: 10.1371/journal.pmed.1003583

Patra, P., Prakash, J., Khanna, P., & Patra, B. (2018). Intimate partner violence: wounds are deeper. *Indian Journal of Psychiatry, 60*(4), 494-498. https://doi.org/10.4103/psychiatry.IndianJPsychiatry_74_17

Pornari, C., Dixon, L. & Humphreys, G. (2013). Systematically identifying implicit theories in male and female intimate partner violence perpetrators. *Aggression and violent behaviour. 18* (5). 496-505. doi: 10.1016/j.avb.2013.07.005

Ridings, L., Beasley, L., Bohora, S., Espeleta, H., & Silovsky, J. (2018). The role of social support on depression among vulnerable caregivers reporting bidirectional physical violence. *Journal of Interpersonal Violence, 36*, 5–6. https://doi.org/10.1177/0886260518767913

Sartin, R. M., Hansen, D. J., & Huss, M. T. (2006). Domestic violence treatment response and recidivism: a review and implications for the study of family violence. *Aggression and Violent Behavior, 11*(5), 425–440. https://doi.org/10.1016/j.avb.2005.12.002

Shorey, R. C., Febres, J., Brasfield, H., & Stuart, G. L. (2011). A descriptive investigation of proximal factors to female perpetrated psychological aggression in dating relationships. *Partner Abuse, 2*(2), 131–146. https://doi.org/10.1891/1946-6560.2.2.131

Straus, M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D. B. (1996). The revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, *17*(3), 283–316

Stuart, G. L., Moore, T. M., Gordon, K. C., Hellmuth, J. C., Ramsey, S. E., & Kahler, C. W. (2006). Reasons for intimate partner violence perpetration among arrested women. *Violence against women*, *12*(7), 609–621. https://doi.org/10.1177/1077801206290173

Tolman, R. (1999). The validation of the Psychological Maltreatment of Women Inventory. *Violence and Victims*, *14*(1), 25–37.

Whitaker M. P. (2014). Motivational attributions about intimate partner violence among male and female perpetrators. *Journal of interpersonal violence*, *29*(3), 517–535. https://doi.org/10.1177/0886260513505211

World Health Organization. (2012). *Understanding and addressing violence against women*. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77432/WHO_RHR_12.36_eng.pdf

2º Artigo

Mulheres Agressoras no Contexto da Violência nas Relações de Intimidade:

Caracterização e Comparação com Homens Agressores.

Cátia Filipa Correia Ferreira

Instituto Universitário Egas Moniz

Introdução

A violência em relações de intimidade (VRI) é uma problemática complexa (Yonfa et al., 2021), que engloba o comportamento de um parceiro ou ex-parceiro que provoque danos físicos, psicológicos e/ou sexuais à vítima. (CDC, 2017). Esta problemática abrange também qualquer conduta que origine sofrimento na vítima como, coação, controlo e outros comportamentos abusivos (WHO, 2021). Ao longo do tempo, no contexto deste crime, os homens têm sido encarados, frequentemente como sendo agressores e as mulheres como vítimas, em papéis mutuamente exclusivos (APAV, 2020). Contudo, atualmente, a investigação científica demonstrou que o abuso perpetrado por mulheres em relações íntimas é pelo menos tão comum como o abuso masculino, implicando consequências negativas e graves para as vítimas (Lynn, et al. 2014). As vítimas masculinas, experienciam lesões físicas, medo, raiva, tristeza, vergonha, humilhação, stress e morte (Hines & Malley-Morrison, 2001). Ao longo do tempo tem-se verificado um aumento de mulheres condenadas por VRI (Abel, 2001), o que evidencia a importância de analisar esta população.

Neste sentido, vários autores têm desenvolvido tipologias de agressoras numa tentativa de classificar e explicar o uso de violência por parte destas mulheres contra os seus parceiros íntimos (Babcock et al., 2003; Dasgupta, 2002; Johnson, 2006). Tem-se verificado que os perpetradores masculinos e femininos de VRI tendem a apresentar semelhanças entre si, bem como diferenças fundamentais relativamente às suas problemáticas (Henning & Feder, 2004; Simmons et al., 2005; Seamans et al., 2007; Simmons et al., 2008; Swan et al., 2008). Este facto evidencia a necessidade da existência de um tratamento específico que abranja as diferenças de género na perpetração da VRI. Apesar de existirem estudos já realizados sobre esta problemática, a literatura sobre as características das mulheres agressoras de VRI continua escassa (Emery, 2010).

Em Portugal, de acordo com o relatório anual da APAV, a maioria dos agressores são do sexo masculino (65%), 22% são intersexo, e apenas 12% são do sexo feminino (APAV, 2020). Apesar de se constatar que os agressores deste crime são predominantemente do sexo masculino, pode-se afirmar que existe ainda uma percentagem significativa de agressoras do sexo feminino. A nível nacional esta realidade ainda foi pouco explorada, necessitando assim, de um maior aprofundamento científico a respeito desta problemática. Desta forma, torna-se essencial contribuir para o aumento do

conhecimento das características destas agressoras, bem como estudar as suas diferenças relativamente aos homens agressores de VRI.

Mulheres agressoras de VRI

Em Portugal, podemos destacar alguns estudos de caracterização que contribuíram para uma melhor compreensão sobre a problemática. Primeiramente, Sousela (2006) concluiu que as agressões íntimas exercidas por mulheres e direcionadas aos seus parceiros masculinos ocorrem, com pouca frequência, pouca severidade e com uma reduzida probabilidade de causar danos físicos ou psicológicos graves. Neste seguimento, estas agressões são consideradas como formas de autodefesa, de retaliação ou de resistência à violência exercida pelo companheiro, com a intenção de que esta diminua ou se extinga, num esforço de ir sobrevivendo à relação.

Outro estudo importante (Beça, 2012) demonstrou que, em termos de dados sociodemográficos, as mulheres agressoras de VRI que apresentavam uma faixa etária predominante entre os 30 e os 40 anos de idade, encontravam-se sobretudo em situação de conjugabilidade e tendiam a possuir apenas o 9 º ano de escolaridade ou inferior. Em relação à situação profissional, a maioria encontrava-se empregada e detinham um estatuto socioeconómico baixo. Por fim, relativamente às características dos comportamentos criminais, nomeadamente ao tipo de violência, verificou-se que estas mulheres tendiam a exercer maioritariamente violência física, seguindo-se de violência psicológica direcionada aos seus parceiros (Beça, 2012; Matias et al., 2021) verificaram a presença de algumas características semelhantes presentes em homens e mulheres agressoras que foram responsáveis pelo homicídio dos seus parceiros íntimos.

Estas características foram, nomeadamente, a presença de antecedentes criminais, abuso de substâncias e a presença de perturbações psiquiátricas. Os aspetos relacionados com a relação íntima também apresentavam semelhanças relativamente à sua duração e dinâmicas abusivas. Porém, verificaram-se algumas diferenças entre ambos os sexos relativamente às suas características individuais, dado que, as mulheres tendiam a ser mais jovens e na sua maioria desempregadas, e os agressores masculinos detinham na sua maioria emprego e utilizavam frequentemente armas de fogo no momento do crime. Na amostra, também foi possível observar um historial de violência nas relações de intimidade em ambos os sexos. Verificava-se, anteriormente, a presença de um padrão de violência bidirecional na relação atual, quando eram as agressoras femininas a realizarem o homicídio do seu parceiro íntimo (Matias et al., 2021).

Ainda no contexto deste crime, um estudo realizado por Conceição (2019) sobre mulheres que assassinaram o seu parceiro, demonstrou que na maioria dos casos a agressora e a vítima eram cônjuges ou parceiros íntimos com um histórico de separações prévias entre o casal. Os fatores de risco primordiais de homicídios cometidos por mulheres contra o seu parceiro são o histórico de violência e o histórico de separações do casal, sendo o período de separação considerado particularmente perigoso nos primeiros meses seguintes à rutura. Outro aspeto importante é que o homicídio tendencialmente ocorria no decorrer de uma discussão entre o casal, na residência de ambos, onde a agressora recorria sobretudo ao uso de armas brancas e se encontrava sob o efeito de substâncias (Conceição, 2019).

A literatura internacional demonstrou que existem características importantes que devem ser exploradas e estudadas, dado que, estas podem ter implicações teóricas e práticas para esta problemática (Lynn, Stewart, Gabora & Allegri, 2014). Os diferentes perfis das mulheres na perpetração da violência pode ser uma das características a ter implicações nesta problemática, visto que, os estudos demonstram que existem mulheres que utilizam a violência como forma de autodefesa para escaparem ou para se protegerem das agressões dos seus parceiros íntimos (Chesney-Lind, 2002; Hester,2012; Henning, Renauer & Holdford, 2006; Miller, 2001). Por outro lado, existem autores que afirmam que estas mulheres também poderiam ser consideradas como agressoras primárias, ou seja, que frequentemente, eram as principiadoras dos atos de violência nas suas relações de intimidade (Hester, 2012; Lynn, Stewart, Gabora, & Allegri, 2014). De seguida, outra característica considerada importante, remete para o abuso de substâncias, visto que, em alguns estudos, verificou-se que o abuso de substâncias como o álcool, contribuía significativamente para os comportamentos violentos das agressoras de VRI (Hester,2012; Lynn, et al. 2014). Assim como, a presença de comportamentos agressivos, direcionados a parceiros de relações intimas anteriores (Lynn et al., 2014), elevados níveis de agressividade (Ehrensaft et al., 2004), insatisfação com a relação atual (Henning et al., 2003), tendências suicidas (Henning et al., 2003), perturbações de personalidade (Henning et al., 2003), perturbações de humor (e.g., depressão, ansiedade) (Gass et al., 2011), desemprego (Caman et al., 2016), problemas de gestão emocional, impulsividade, baixo autocontrolo (Caldwell et al., 2009; Lynn et al., 2014; Moffitt et al., 2001; Shorey, et al., 2011), vitimização na infância ou adolescência (Lynn et al., 2014), vingança (Stuart

et al., 2006; Whitaker et al., 2014) e utilização de armas durante os episódios violentos (Lynn, et al., 2014).

Comparação entre Mulheres Agressoras e Homens Agressores de VRI

De acordo com a literatura, a violência perpetrada por homens e mulheres difere quanto ao tipo, frequência, contexto licitador, motivação e consequências. No que concerne ao tipo da violência exercida, demonstrou-se que as mulheres cometem mais atos de violência de menor gravidade, contrariamente aos homens que recorrem mais vezes a atos severos e à violência sexual e física (Sousela, 2006). As mulheres tendem a recorrer na sua maioria a estratégias de comportamento coercivo, juntamente com ameaças sistemáticas que permitem exercer o poder, induzir o medo e controlar o seu parceiro masculino (Hester, 2012; Slashinski, Coker & Divs, 2003; Smith, et al. 2004; Tjaden & Thoennes, 2000). Porém, o estudo de Whitaker (2014) verificou que as mulheres recorriam na sua maioria a agressões físicas comparativamente com os homens. Estas atribuíram a sua motivação para a violência ao descontrolo do temperamento e à necessidade de controlo e punição do parceiro íntimo. Em oposição os homens agressores recorriam à violência com o objetivo de retaliação face ao abuso verbal ou físico vivenciado, assim como à necessidade de afirmação e autodefesa. Concomitantemente existem diversos estudos que suportam esta evidência, de que as mulheres tendem a perpetrar mais comportamentos de VRI, nomeadamente o abuso físico (Bates et al., 2014; Moffitt et al., 2001; Thornton, Graham-Kevan, & Archer, 2010).

No que concerne à saúde mental, também se podem verificar diferenças, visto que, as mulheres agressoras tendem a apresentar mais sintomatologia (e.g. pensamentos suicidas) e perturbações mentais do que os homens agressores (Henning, Jones & Holdford, 2003; Hester, 2013; Kevan, 2007). Apesar das inúmeras diferenças, surgem algumas semelhanças ao nível destas duas populações, nomeadamente, em relação à presença de fatores de risco, como a existência de vitimização na infância ou adolescência (e.g. violência interparental e abuso físico), (Carney et al., 2007; Henning et al., 2003; Kevan, 2007), consumo de substâncias como álcool e drogas (Carney et al., 2007; Lynn, et al. 2014), perturbações de personalidade (Carney et al., 2007) e insatisfação com a relação atual (Henning et al., 2006). Ambos os agressores tendem a estar insatisfeitos na sua relação com a vítima do atual delito (Kevan,2007). Porém, as razões para a baixa satisfação podem variar tanto para os homens agressores, como para as mulheres agressoras. A insatisfação das mulheres, portanto, pode ser largamente influenciada pelo

comportamento abusivo dos seus parceiros, ao passo que, a insatisfação dos homens na relação pode derivar principalmente do medo de abandono e da perda de controlo (Dutton, 1999).

Relativamente à intervenção, a literatura demonstrou que os tratamentos focados nas características das mulheres agressoras tendem a ser mais eficazes (Seamans et al., 2007; Swan et al., 2008). Estes tratamentos demonstraram ser benéficos para as ofensoras femininas através da promoção de estratégias de coping (Babcock et al., 2005; Walker, 2013).

Em Portugal, no que respeita a programas de intervenção aplicáveis a agressores/as no contexto da violência nas relações de intimidade, a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) de momento possui três, Programa dirigido a Agressores de Violência Doméstica (PAVD), Programa CONTIGO – dirigido a agressores conjugais e o Programa de Promoção de Competências Pessoais e Emocionais (Gerar Percursos Sociais- GPS) (DGRSP, 2023). É ainda necessário salientar que os mesmos ao ser aplicados tanto a homens como a mulheres não abarcam as necessidades específicas de cada um/a.

Face ao exposto, é crucial aprofundar esta realidade para o desenvolvimento de programas de reabilitação criminal inclusivos e adaptados às necessidades de tratamento e problemáticas presentes nestas mulheres agressoras, que podem diferir das problemáticas presentes em agressores masculinos de VRI (Carney, et al. 2007; Lynn, et al. 2014).

O presente estudo

O presente estudo tem como objetivo descrever as caraterísticas de mulheres agressoras no âmbito da violência nas relações de intimidade.

Mais especificamente, pretende-se analisar as características sociodemográficas, os dados relativos à condenação, os dados sobre os factos criminais de violência doméstica, as características dos agressores e a intervenção por parte do sistema de justiça. Para compreender até que ponto estas características são específicas das mulheres, pretende-se ainda comparar a amostra de mulheres agressoras com uma amostra análoga de homens agressores, relativamente a estas características.

Método

Participantes

O presente estudo enquadra-se num Projeto da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), no âmbito do qual foram recolhidos dados de caracterização relativos a pessoas em cumprimento de penas e medidas na comunidade pelo crime de Violência Doméstica (artigo 152.º do Código Penal).

Neste estudo participaram 40 indivíduos em cumprimento de penas e medidas na comunidade, sob supervisão da DGRSP, devido a crimes de violência doméstica, incluindo em particular casos de violência nas relações de intimidade. Os processos-crime destes participantes transitaram em julgado entre maio de 2015 e janeiro de 2021. Esta amostra é constituída por 20 indivíduos do sexo feminino e 20 indivíduos do sexo masculino. O grupo de participantes do sexo feminino representa todas as mulheres que à data de 12/08/2021 encontravam-se em cumprimento de penas/medidas sob supervisão da DGRSP. Os participantes do grupo de homens foram selecionados aleatoriamente entre as pessoas do sexo masculino que se encontravam a cumprir pena/medida na mesma data, tendo-se procurado uma correspondência entre os grupos relativamente à proporção de cada tipo de pena/medida. A caracterização da amostra pode ser consultada na Tabela 1.

Ambos os grupos de participantes encontravam se em cumprimento de penas e medidas na comunidade, nomeadamente em suspensão da execução da pena com regime de prova (n = 21), suspensão provisória do processo (n = 15), suspensão da execução da pena com imposição de regras de conduta (n = 2) e liberdade condicional (n = 1).

A amostra do presente estudo estava sob a supervisão das equipas de reinserção social em todo o país. Os participantes estavam a ser acompanhados pela Delegação Regional de Reinserção do Norte, que inclui a equipa de reinserção social do Cávado (n = 3), do Douro (n =2), do Porto Penal 3 (n =2), do Porto Penal 4 (n =1), do Porto Penal 5 (n =1), da Tâmega 1 (n =1) e da Tâmega 2 (n =1). Adicionalmente, estes agressores(as) estavam sob supervisão da Delegação Regional de Reinserção do Centro, que engloba a equipe do Baixo Mondego (n =2), do Baixo Vouga (n =2), da Beira Norte (n = 2), da Beira Sul (n = 2), de Douro e Vouga (n =3), da Lezíria do Tejo (n = 1), do Médio Tejo (n = 1), do Oeste (n = 4) e do Pinhal Litoral (n= 3). Por fim, também estavam a ser supervisionados pela Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas, incluindo a

equipa do Algarve (*n* = 1), do Alto Alentejo (*n* = 1), do Baixo Alentejo (*n* = 1), de Lisboa 2 (*n* = 1), de Lisboa Penal 1 (*n* = 2) e de Lisboa Penal 3 (*n* = 2).

Medidas

Os dados foram recolhidos com recurso a uma grelha de caracterização elaborada na DGRSP, com base na literatura especializada e na informação disponível neste contexto institucional. Esta é constituída por sessenta e nove questões abertas e fechadas (e.g., escolha múltipla). Adicionalmente, a grelha integra informação sobre os dados sociodemográficos (e.g., idade, profissão, habilitações literárias), os dados relativos à decisão judicial do processo atual (e.g., número de crimes cometidos, condições e penas judicialmente impostas, relação entre vítima e agressor, tipo(s) de violência praticados), características dos agressores(as) (e.g., problemáticas e perturbações identificadas) e, por fim, a intervenção por parte do sistema de justiça (e.g., participação em programas de intervenção, necessidades de intervenção).

Procedimento

Os dados foram recolhidos pelos Técnicos das Equipas de Reinserção Social responsáveis pela supervisão das penas e medidas que integraram a amostra, através do preenchimento da grelha de caracterização, disponibilizada via Google Forms. Adicionalmente, foi obtida a autorização por parte da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) para a utilização dos dados recolhidos. Seguidamente, recorreu-se ao software de análise estatística Statistical Package for Social Sciences (SPSS), versão 27 para efetuar a estatística descritiva.

O presente estudo foi aprovado pelo Conselho Científico do Instituto Universitário Egas Moniz. Relativamente aos aspetos éticos, o princípio da privacidade e confidencialidade foi salvaguardado em todo processo de investigação, visto que, a base de dados não teve nenhum elemento identificável dos participantes, de forma a garantir o anonimato.

Resultados

Caracterização Sociodemográfica

As agressoras desta amostra têm idades compreendidas entre os 22 e os 73 anos (*M*= 50.35*; DP*= 14.173).

Relativamente ao estado civil, a maioria das mulheres agressoras (35%) são divorciadas, 30% são solteiras, 30% são casadas.

Em relação às habilitações literárias a maioria das mulheres (55%) tem o ensino básico completo, 10% têm o secundário, e somente 10% têm o ensino superior.

Relativamente à situação profissional atual, 45% das mulheres agressoras encontravam-se desempregadas, 35% empregadas e 15% reformadas.

Tabela 1
Caracterização sociodemográfica das mulheres agressoras de VRI

		n	%
Estado civil	Solteira	6	30
	Casada	6	30
	Divorciada	7	35
Habilitações literárias	Ensino básico	11	55
	Ensino secundário	2	10
	Ensino superior	2	10
Situação profissional atual	Desempregada	9	45
	Empregada	7	35
	Reformada	3	15

Foram realizadas análises de teste de independência do qui-quadrado para as diversas variáveis sociodemográficas com o objetivo de identificar diferenças entre as mulheres agressoras de VRI e os homens agressores de VRI**.** As análises demonstraram que não existe uma relação entre o estado civil ($\chi^2(2) = 1.36$; $p = 0.714$), as habilitações literárias ($\chi^2(2) = 6.59$; $p = 0.159$), a situação profissional atual ($\chi^2(2) = 2.92$; $p = 0.233$) com o sexo dos participantes, não sendo, portanto, os resultados estatisticamente significativos.

Dados Relativos à Decisão Judicial do Processo Atual

Relativamente à quantidade de crimes cometidos no âmbito do presente processo atual, foi possível verificar que as mulheres agressoras perpetraram, na sua maioria um crime (90%) e as restante dois (10%).

Adicionalmente, estas agressoras praticaram crimes referentes a diferentes alíneas do artigo 152º do código penal. É importante mencionar que as alíneas do artigo 152º do código penal, referem-se a critérios ou condições relacionadas com a ocorrência da violência nas relações íntimas, que não são mutuamente exclusivas. Isso significa que os vários critérios estabelecidos nas diferentes alíneas podem coexistir e ser aplicáveis a um mesmo caso de perpetração de VRI.

As mulheres praticaram crimes referentes ao artigo 152º nº1b) (e.g., maus-tratos físicos ou psíquicos a uma pessoa com quem o sujeito mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou semelhante à dos cônjuges, ainda que sem coabitação) com uma média de 0,55 (*DP*= 0.51). Oito mulheres (*M*= 0.55*; DP*= 0.51) praticaram crimes referentes ao artigo 152º nº1a) (M= 0.40; DP= 0.50) (e.g., maus-tratos físicos ou psíquicos direcionados ao cônjuge ou ao ex-cônjuge), três mulheres (*M*= 0.15*; DP*= 0.37) praticaram crimes alusivos ao artigo 152º nº1d) (e.g., maus-tratos físicos ou psíquicos a pessoa vulnerável, nomeadamente por questões de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite), e uma mulher (*M*= 0.05*; DP*= 0.22) praticou crimes relativos ao artigo 152º nº3a) (e.g., se dos maus-tratos físicos ou psíquicos direcionado ao cônjuge ou ex-cônjuge resultar ofensa à integridade física grave).

Relativamente às análises de teste de independência do qui-quadrado estas demonstraram que não existe uma relação entre a quantidade de crimes cometidos no âmbito do presente processo atual ($\chi^2(2) = 5.03$; $p = .170$), o número de crimes referente ao artigo 152º nº1b ($\chi^2(1) = .10$; $p = .752$), o número de crimes referente ao artigo 152º nº1a) (χ^2 (1) = 1.04; $p = .593$), o número de crimes referente ao artigo 152º nº1d) ($\chi^2(1) = 3.24$; $p = .072$), o número de crimes referente ao 152º nº3a) ($\chi^2(1) = 1.03$; $p = 0.311$) e o sexo dos participantes. Mais especificamente, não existem diferenças entre homens agressores de VRI e mulheres agressoras de VRI relativamente a estas variáveis.

Quanto às condições/injunções judicialmente impostas às ofensoras femininas, pôde-se observar que 7% foram submetidas a tratamento médico, 10% foram proibidas de consumir bebidas alcoólicas, 25% entregaram ao estado ou a uma Instituição Particular

de Solidariedade Social (IPSS) determinada quantia, e 5% participaram em programas de prevenção da violência. É importante referir que diferentes condições/injunções judicialmente impostas podem ser aplicadas em simultâneo aos agressores(as) de VRI, não sendo, portanto mutuamente exclusivas. As frequências das condições/injunções judicialmente impostas às mulheres agressoras de VRI podem ser observadas na tabela 2.

Tabela 2
Condições/injunções judicialmente impostas (e.g., obrigações às quais a pena/medida está subordinada de acordo com a decisão judicial) aplicadas às mulheres agressoras de VRI.

	n	%
Frequência em programas de prevenção da violência	1	5
Tratamento médico	7	13
Não consumir bebidas alcoólicas	2	10
Entregar ao estado ou IPSS determinada quantia	5	25

Foram elaboradas análises de teste de independência do qui-quadrado 2x2 para as diversas variáveis das condições/injunções judicialmente impostas com o objetivo de identificar diferenças entre as mulheres agressoras de VRI e os homens agressores de VRI.

O teste de independência do qui-quadrado 2x2 foi elaborado para examinar se a obrigação de frequência de programas de prevenção da violência está relacionada com o sexo dos/as participantes. Este revelou que existe uma relação entre a obrigação de frequência destes programas e o sexo, $\chi^2(1) = 5.63$, $p = .018$, sendo que os homens frequentavam este tipo de programas obrigatoriamente em maior proporção (35%) do que as mulheres (5%). As frequências da obrigação de frequência em programas de prevenção da violência por sexo, bem como o resultado do teste do qui-quadrado, encontram-se apresentados na Tabela 3.

Tabela 3
Obrigação de Frequência em Programas de Prevenção da Violência por Sexo e Resultados do Teste do Qui-quadrado

Sexo	Sim	Não
Masculino	7 (35%)	13 (65%)
Feminino	1 (5%)	19 (95%)

Nota. $\chi^2(1) = 5.63^*$. Os números entre parêntesis indicam as percentagens das linhas (i.e., sexo).
$^*p < .05$

Adicionalmente as análises do teste de independência do qui-quadrado 2x2 demonstraram que não existe uma relação entre a sujeição ao tratamento médico ($\chi^2(1) = .11$; $p = .736$), a proibição de consumir bebidas alcoólicas ($\chi^2(1) = .23$; $p = 0.633$), e a obrigação de entregar uma quantia ao estado ou IPSS ($\chi^2(1) = 1.56$; $p = 0.212$) com o sexo dos participantes, não sendo, portanto, os resultados estatisticamente significativos.

Dados sobre os Factos Criminais de VRI

No que diz respeito ao tipo de relação em que ocorreu a violência, pode-se verificar que na maioria das vezes esta ocorreu no contexto (85%) de uma relação heterossexual, ocorrendo em menor proporção no âmbito de uma relação homossexual (15%). Adicionalmente, verificou-se que em nove casos (47%) a violência ocorreu numa prática continuada e que em 3 casos (18%) ocorreu um aumento de gravidade da violência. As frequências dos factos criminais da violência nas relações de intimidade das mulheres agressoras podem ser observadas na tabela 4.

Tabela 4
Factos criminais da violência nas relações de intimidade das mulheres agressoras de VRI

		n	%
Tipo de relação em que ocorreu a violência	heterossexual	17	85
	homossexual	3	15
Prática continuada dos crimes de VRI		9	47
Escalada da violência		3	18

Realizaram-se análises de teste de independência do qui-quadrado para as diversas variáveis dos factos criminais da violência nas relações de intimidade com o objetivo de identificar diferenças entre as mulheres agressoras e os homens agressores.

O Teste de independência do qui-quadrado 2x2 revelou que não existe uma relação entre tipo de relação em que ocorreu a violência e o sexo dos participantes, ($\chi^2(1) = 3.24$; $p = .072$). Portanto não existem diferenças entre os sexos relativamente a esta variável.

O teste de independência do qui-quadrado 2x2 foi realizado para examinar se a prática continuada dos crimes de VRI está relacionada com o sexo dos/as participantes. O teste revelou que existe uma relação entre a prática continuada dos crimes de VRI e o sexo, $\chi^2(1) = 10.36$, $p = .001$, sendo que os homens praticaram com maior frequência crimes de VRI de forma continuada (95%) do que as mulheres (9%). As frequências da prática continuada dos crimes de VRI por sexo, bem como o resultado do teste do qui-quadrado, encontram-se apresentados na Tabela 5.

Tabela 5
Prática Continuada dos Crimes de Violência Doméstica no Âmbito do Processo Atual por Sexo e Resultados do Teste do Qui-quadrado

Sexo	Sim	Não
Masculino	18 (95%)	1 (5%)
Feminino	9 (47%)	10 (53%)

Nota. $\chi^2(1) = 10.63^*$. Os números entre parêntesis indicam as percentagens das linhas (i.e., sexo).
$^*p < .05$

Realizou-se um teste de independência do qui-quadrado 2x2 para examinar se a escalada da violência dos crimes de VRI está relacionada com o sexo dos participantes. O teste revelou que existe uma relação entre a escalada da violência dos crimes de VRI e o sexo, $\chi^2(1) = 8.58$, $p = .003$, sendo que os homens demonstraram um aumento da gravidade da violência nos crimes de VRI praticados (67%) do que as mulheres (18%). As frequências da escalada da violência dos crimes de VRI por sexo, bem como o resultado do teste do qui-quadrado, encontram-se apresentados na Tabela 6.

Tabela 6
Escalada da violência dos crimes de VRI

Sexo	Sim	Não
Masculino	12 (67%)	6 (33%)
Feminino	3 (18%)	14 (82%)

Nota. $\chi^2(1) = 8.58^*$. Os números entre parêntesis indicam as percentagens das linhas (i.e., sexo). $^*p < .05$

Destacam-se diversos tipos de violência executados pelas agressoras de VRI. Entre esses tipos, os mais prevalentes são a violência emocional, observada em 70% dos casos, seguida da violência física, presente em 55% dos incidentes. Além disso, também se verificaram ocorrências de violência financeira em 25% dos casos, enquanto a perseguição foi identificada apenas em 15% dos incidentes.

No que diz respeito ao uso de armas para ameaçar as vítimas, observou-se que 25% das mulheres recorreram a armas brancas com esse propósito. Além disso, 15% das mulheres utilizaram armas para efetivamente agredir as suas vítimas. Dentro desse grupo, 10% optaram por usar armas brancas como meio de agressão. As frequências dos tipos de violência perpetrados pelas mulheres agressoras de VRI podem ser observadas na tabela 7.

Tabela 7
Tipos de violência perpetrados pelas mulheres agressoras de VRI

	n	%
Violência emocional	14	70
Violência Física	11	55
Violência social	2	10
Violência financeira	5	25
Perseguição	3	15
Uso de arma para agredir as vítimas	2	10
Uso de arma para ameaçar as vítimas	5	25

Elaboraram-se análises de teste de independência do qui-quadrado 2x2 para as diversas variáveis dos tipos de violência perpetrados nas relações de intimidade com a finalidade de identificar diferenças entre as mulheres agressoras e os homens agressores.

Estas análises demonstraram que não existe uma relação entre a violência emocional ($\chi^2(1) = 2.50$; $p = .0.114$), a violência física (χ^2 (1) = 1.76; $p = 0.185$), a violência financeira ($\chi^2(1) = 3.14$; $p = .077$), a perseguição ($\chi^2(1) = 3.14$; $p = 0.77$) o uso de armas para ameaçar as vítimas ($\chi^2(1) = 2.41$; $p = .300$), o uso de armas para agredir as vítimas ($\chi^2(1) = 1.03$; $p = 0.598$) com o sexo dos participantes, não sendo, portanto, os

resultados estatisticamente significativos.

O teste de independência do qui-quadrado 2x2 foi realizado para examinar se a prática da violência social está relacionada com o sexo dos/as participantes. O teste revelou que existe uma relação entre a prática da violência social e o sexo, $\chi^2(1) = 4.80$, $p = .028$. Os homens praticaram violência social sobre as suas vítimas em maior proporção (40%) do que as mulheres (10%). As frequências da prática de violência social por sexo, bem como o resultado do teste do qui-quadrado, encontram-se apresentados na Tabela 8.

Tabela 8
Violência social

Sexo	Sim	Não
Masculino	8 (40%)	12 (60%)
Feminino	2 (10%)	18 (90%)

Nota. $\chi^2(1) = 4.80^*$. Os números entre parêntesis indicam as percentagens das linhas (i.e., sexo). $^*p < .05$

Fatores motivacionais da violência

No que se refere aos fatores que motivaram a violência perpetrada pelas agressoras de VRI, foi possível identificar padrões distintos. Notavelmente, os ciúmes da agressora em relação à vítima (45%), a dependência da agressora em relação à vítima, incluindo problemas financeiros (40%), e situações de separação (35%) emergiram como os fatores mais frequentes. Além disso, outros fatores precipitantes também foram identificados. Entre eles, destaca-se o consumo de álcool pela agressora (25%), a ocorrência de violência mútua (20%), motivos de vingança (20%), problemas financeiros (20%), bem como a presença de perturbação mental da agressora (20%).

Por outro lado, fatores menos frequentes foram mencionados pelas agressoras. Entre estes, o exercício de poder ou controlo (13%), ameaças de separação (17%), ganhos materiais (10%), abuso excessivo de álcool (10%) e o consumo de drogas por parte da agressora (5%). As frequências dos fatores que motivaram a VRI pelas mulheres agressoras de VRI podem ser observadas na tabela 9.

Tabela 9
Fatores que motivaram/precipitaram da VRI por parte das mulheres agressoras

	n	%
Ciúmes da agressora em relação à vítima	9	45
Crenças de legitimação do uso de violência por	2	10
Exercer poder/controlo sobre a vítima	7	13
Ameaça de separação	3	17
Separação	7	35
Violência mútua	4	20
Vingança	4	20
Ganhos materiais	4	10
Problemas financeiros	6	20
Consumo de álcool pela agressora	5	25
Perturbação mental da agressora	4	20
Dependência da agressora em relação às vítimas (e.g., económica)	8	40

Elaboraram-se análises de teste de independência do qui-quadrado para as diversas variáveis dos fatores que motivaram/precipitaram a VRI com o objetivo de identificar diferenças entre as mulheres agressoras e os homens agressores.

Estas análises demonstraram que não existe uma relação entre os ciúmes ($\chi^2(1) = 0.90$; $p = .342$), o poder/controlo ($\chi^2(1) = 1.62$; $p = .204$), a ameaça de separação ($\chi^2(1) = 2.13$; $p = .144$), a separação ($\chi^2(1) = 0.11$; $p = .744$), a perpetração de violência mútua ($\chi^2(1) = .78$; $p = .376$), a vingança ($\chi^2(1) = .17$; $p = .677$), os ganhos materiais ($\chi^2(1) = .00$; $p = 1.000$), os problemas financeiros ($\chi^2(1) = 2.50$; $p = .114$), o consumo de álcool ($\chi^2(1) = 3.75$; $p = .053$). a presença de perturbação mental ($\chi^2(1) = .78$; $p = .376$), a dependência da agressora em relação às vítimas ($\chi^2(1) = 3.14$; $p = .077$) com o sexo dos participantes, não sendo, portanto, os resultados estatisticamente significativos.

Foi realizado um teste de independência do qui-quadrado 2x2 para examinar se a crenças de legitimação do uso da violência estão relacionadas com o sexo dos participantes. O teste revelou que existe uma relação entre a presença de crenças de legitimação do uso da violência e o sexo das(os) respetivos agressores(as), $\chi^2(1) = 6.14$, $p = .013$, sendo que os homens apresentam com maior frequência (45%) a presença de crenças de legitimação da violência do que as mulheres agressoras (10%). As frequências

da presença de crenças de legitimação do uso de violência por sexo, bem como o resultado do teste do qui-quadrado, encontram-se apresentados na Tabela 10.

Tabela 10
Crenças de legitimação do uso da violência

Sexo	Sim	Não
Masculino	9 (45%)	11 (55%)
Feminino	2 (10%)	18 (90%)

Nota. $\chi^2(1) = 6.14^*$. Os números entre parêntesis indicam as percentagens das linhas (i.e., sexo). $^*p < .05$

Características das Agressoras

No que concerne às problemáticas identificadas nas mulheres agressoras, observa-se uma tendência predominante. A maioria apresenta impulsividade (55%), perturbações de humor (25%), perturbações de ansiedade (25%), problemas ao nível do emprego (25%), problemas ao nível das relações familiares/conjugais (25%). De forma menos frequente, algumas mulheres manifestam vitimização na infância (15%), défice de competências pessoais/sociais (15%), problemas de consumo de álcool/drogas (10%), e atitudes pró-criminais (10%).

No que concerne às condenações judiciais prévias, observa-se que 5% agressoras já possuíam histórico de condenação ou medida anterior por crimes relacionados à violência doméstica. Além disso, também se constata que apenas 5% possuía condenação ou medida anterior por outros crimes de natureza violenta.

As frequências das problemáticas mulheres agressoras de VRI podem ser observadas na tabela 11.

Tabela 11
Problemáticas/fatores de risco presentes nas agressoras

	n	%
Perturbações de ansiedade	5	25
Perturbações do humor	5	25
Impulsividade da agressora	11	55
Atitudes pró-criminais	2	10
Vitimização na infância	3	15
Antecedentes criminais	0	0
Condenação/medida anterior por crime de violência doméstica	1	5
Problemas ao nível do emprego	5	25
Problemas ao nível das relações familiares/conjugais	5	25
Problemas de consumo de álcool/drogas	2	10
Défices de competências pessoais/sociais	3	15

Adicionalmente foram ainda realizadas análises de teste de independência do qui-quadrado para as diversas variáveis que correspondem às problemáticas/fatores de risco com o objetivo de identificar diferenças entre as mulheres agressoras e os homens agressores. As análises demonstraram que não existe relação entre as perturbações de ansiedade ($\chi^2(1) = .04$; $p = .827$), as perturbações de humor ($\chi^2(1) = 1.56$; $p = .212$), a vitimização na infância ($\chi^2(1) = .52$; $p = .770$), os problemas de emprego ($\chi^2(1) = 1.56$; $p = .212$), os problemas de relações familiares ($\chi^2(1) = .13$; $p = .723$), os problemas de consumo de álcool/drogas ($\chi^2(1) = 2.50$; $p = .114$), os défices de competências sociais/pessoais (3.14; $p = .077$) com o sexo dos participantes. Neste sentido, os resultados não são estatisticamente significativos relativamente a estas variáveis.

O teste de independência do qui-quadrado 2x2 foi elaborado para examinar se a impulsividade presente nos(as) agressor(as) está relacionada com o sexo dos/as mesmos. O teste revelou que existe uma relação entre a presença da impulsividade e o sexo das(os) respetivos agressores(as), $\chi^2(1) = 4.29$, $p = .038$, sendo que os homens afirmam apresentar impulsividade com maior frequência (85%) do que as mulheres agressoras (55%). As frequências da presença de impulsividade, bem como o resultado do teste do qui-quadrado, encontram-se apresentados na Tabela 12.

Tabela 12
Impulsividade do agressor(a)

Sexo	Sim	Não
Masculino	17 (85%)	3 (15%)
Feminino	11 (55%)	9 (45%)

Nota. $\chi^2(1) = 4.29^*$. Os números entre parêntesis indicam as percentagens das linhas (i.e., sexo). $^*p < .05$

Foi realizado um teste de independência do qui-quadrado 2x2 para examinar se a presença de atitudes pró-criminais por partes dos(das) agressor(as) está relacionada com o sexo dos/as mesmos. O teste revelou que existe uma relação entre a presença de atitudes pró-criminais e o sexo das(os) respetivos agressores(as), χ^2 (1) = 4.80, p = .028, sendo que os homens demonstram possuir atitudes pró-criminais com maior frequência (40%) do que as mulheres agressoras (10%). As frequências da presença de atitudes pró-criminais, bem como o resultado do teste do qui-quadrado, encontram-se apresentados na Tabela 13.

Tabela 13
Atitudes pró-criminais

Sexo	Sim	Não
Masculino	8 (40%)	12 (60%)
Feminino	2 (10%)	18 (90%)

Nota. $\chi^2(1) = 4.80^*$. Os números entre parêntesis indicam as percentagens das linhas (i.e., sexo). $^*p < .05$

Foi realizado um teste de independência do qui-quadrado 2x2 para examinar se a presença de antecedentes criminais no âmbito penal nos(as) agressor(as) está relacionada com o sexo dos/as mesmos. O teste revelou que existe uma relação entre a presença de antecedentes criminais e o sexo das(os) respetivos agressores(as), $\chi^2(1) = 11.65$, $p = .001$, sendo que os homens apresentam com maior frequência (50%) antecedentes criminais do que as mulheres agressoras (0%). As frequências da presença de atitudes pró-criminais, bem como o resultado do teste do qui-quadrado, encontram-se apresentados na Tabela 14.

Tabela 14
Antecedentes criminais

Sexo	Sim	Não
Masculino	10 (50%)	10 (50%)
Feminino	0 (0%)	17 (100%)

Nota. $\chi^2(1) = 11.65^*$. Os números entre parêntesis indicam as percentagens das linhas (i.e., sexo). $^*p < .05$

O teste de independência do qui-quadrado 2x2 para examinar se a presença de condenação anterior por crime de violência doméstica nos(as) agressor(as) está relacionada com o sexo dos/as mesmos. O teste revelou que existe uma relação entre a presença de condenação anterior por crime de violência doméstica e o sexo das(os) respetivos agressores(as), $\chi^2(1) = 4.33$, $p = .037$, sendo que os homens foram condenados anteriormente pelo crime de VD com maior frequência (30%) do que as mulheres agressoras (5%). As frequências da condenação anterior por crime de violência doméstica, bem como o resultado do teste do qui-quadrado, encontram-se apresentados na Tabela 15.

Tabela 15
Condenação anterior por crime de violência doméstica

Sexo	Sim	Não
Masculino	6 (30%)	14 (70%)
Feminino	1 (5%)	19 (95%)

Nota. $\chi^2(1) = 4.33^*$. Os números entre parêntesis indicam as percentagens das linhas (i.e., sexo). $^*p < .05$

Intervenção por parte do sistema de justiça

No que diz respeito à intervenção da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), é possível constatar que nenhuma das mulheres agressoras participaram em programas de intervenção ou prevenção recomendados pela DGRSP, seja em processos anteriores ou nos processos atuais. As frequências dos dados referentes à intervenção aplicada pela DGRSP podem ser observadas na tabela 16.

Tabela 16
Intervenção da DGRSP

	n	%
Participou em programas de intervenção indicados pela DGRSP em processo(s) anterior(es)	0	0
Participou em programas de intervenção indicados pela DGRSP em processo(s) atuais	0	0

Foram realizadas análises de teste de independência do qui-quadrado para as diversas variáveis que correspondem à intervenção por parte do sistema de justiça com o objetivo de identificar diferenças entre as mulheres agressoras e os homens agressores. As análises demonstram que não existe relação entre a participação em programas de intervenção indicados pela DGRSP em processo(s) anterior(es) ($\chi^2(1) = 1.14$; $p = 0.285$) e o sexo dos participantes, não existindo diferenças.

Foi elaborado o teste de independência do qui-quadrado 2x2 para examinar se a participação em programas dirigidos à problemática da violência indicados pela DGRSP em processos atuais está relacionada com o sexo dos/as mesmos. O teste revelou que existe uma relação entre as duas variáveis, χ^2 (1) = 6.04, p = .014, sendo que os homens demonstram participar em programas dirigidos à problemática de VD com maior frequência (25%) do que as mulheres agressoras (0%). As frequências da participação em programas indicados pela DGRSP em processos atuais, bem como o resultado do teste do qui-quadrado, encontram-se apresentados na Tabela 17.

Tabela 17
Participação em programas direcionados à problemática da VD

Sexo	Sim	Não
Masculino	5 (25%)	14 (70%)
Feminino	0 (0%)	20 (100%)

Nota. $\chi^2(1) = 6.04^*$. Os números entre parêntesis indicam as percentagens das linhas (i.e., sexo). $^*p < .05$

Quando analisamos as atitudes e comportamentos das mulheres agressoras em relação à violência e aos crimes cometidos, verificamos que a maioria delas tende a negar ou minimizar o dano infligido à vítima, constituindo 70% dos casos. Além disso, 65% atribuem a causa do comportamento violento à própria vítima, enquanto 60% atribuem essa causa a fatores externos.

Por outro lado, cerca de 40% das mulheres agressoras negam, de maneira geral, a ocorrência da violência. Adicionalmente, uma proporção de 35% demonstra ausência de arrependimento pelas suas ações. Contudo, destaca-se que uma proporção significativa, equivalente a 45%, que apresenta um sentido crítico face aos crimes cometidos. As frequências das atitudes face à violência apresentadas pelas mulheres agressoras de VRI podem ser observadas na tabela 18.

Tabela 18
Atitudes face à violência

	n	%
Negação da ocorrência da violência	8	40
Negação/minimização do dano provocado na vítima	14	70
Atribuição da causa do comportamento violento à vítima	13	65
Atribuição da causa do comportamento violento a outros fatores externos	12	60
Legitimação da violência devido a crenças de género	2	10
Ausência de arrependimento	7	35
Apresenta sentido crítico face ao(s) crime(s)	9	45

Ainda assim, foram ainda realizadas análises de teste de independência do qui-quadrado para as diversas variáveis que correspondem às atitudes face à violência, com o objetivo de identificar diferenças entre as mulheres agressoras e os homens agressores. As análises demonstraram que não existe relação entre a negação da ocorrência da violência ($\chi^2(1) = .00$; $p = 1.000$), a minimização do dano provocado na vítima ($\chi^2(1) = .00$; $p = 1.000$), a atribuição da causa do comportamento violento à vítima ($\chi^2(1) = .11$; $p = .736$), a atribuição da causa do comportamento violento a outros fatores externos ($\chi^2(1) = .90$; $p = .342$), a legitimação da violência devido a crenças de género ($\chi^2(1) = .23$; $p = .633$), a ausência de arrependimento ($\chi^2(1) = .00$; $p = 1.000$), o sentido crítico face ao(s) crime(s) ($\chi^2(1) = .10$; $p = .752$) com o sexo dos participantes. Neste sentido, os resultados não são estatisticamente significativos relativamente a estas variáveis.

No que se refere às atitudes da agressora em relação à sua intervenção, a maioria (80%) expressa atitudes positivas a respeito da mesma. Metade (50%) não reconhece a

condenação como justa, enquanto 45% não identifica qualquer problema em si própria. Um quarto (25%) não demonstra motivação para iniciar ou manter-se em qualquer programa de intervenção ou prevenção da violência. As frequências das atitudes face à intervenção apresentadas pelas mulheres agressoras de VRI podem ser observadas na tabela 19.

Tabela 19
Atitudes da agressora face à intervenção

	n	%
Não reconhece como justa a condenação	10	50
Não reconhece que tem um problema	9	45
Desmotivação para iniciar ou manter programa	5	25
Manifesta atitudes positivas face à intervenção	16	80

Ainda assim, foram ainda realizadas análises de teste de independência do qui-quadrado 2x2 para as diversas variáveis relacionadas com a atitudes das mulheres agressoras relativamente à intervenção, com o objetivo de identificar diferenças entre os participantes. As análises demonstraram que não existe relação entre a perceção de injustiça da condenação ($\chi^2(1) = .00$; $p = 1.000$), o não reconhecimento de um problema ($\chi^2(1) = .10$; $p = .752$), a desmotivação para participar em programas de prevenção de violência ($\chi^2(1) = .00$; $p = 1.000$), a manifestação de atitudes positivas ($\chi^2(1) = .14$; $p = .705$) com o sexo dos participantes. Neste sentido, os resultados não são estatisticamente significativos relativamente a estas variáveis.

Discussão

O presente estudo tinha a finalidade de descrever e analisar as caraterísticas presentes em mulheres agressoras de violência nas relações de intimidade. Além disso, pretendia-se ainda comparar a amostra de mulheres agressoras com uma amostra análoga de homens agressores, relativamente a estas características.

Numa primeira fase, analisando os principais dados sociodemográficos conclui-se que relativamente à faixa etária, as agressoras tinham idades compreendidas entre os 22 e os 73 anos. Adicionalmente verificou-se que na sua maioria estas tendiam a possuir o 9 º ano de escolaridade ou inferior, semelhante ao estudo de Beça (2012). Em relação à situação profissional a maioria encontrava-se desempregada. O desemprego foi identificado como fator de risco presente nas mulheres agressoras de VRI em alguns estudos (Caman et al., 2016; Lynn et al., 2014).

De acordo com os resultados obtidos na variável "*Dados relativos à decisão judicial do processo atual*", foi possível verificar que as mulheres agressoras perpetraram, na sua maioria um crime (90%) e as restante dois (10%) relativos à VRI.

Relativamente às condições/injunções judicialmente impostas a estas ofensoras femininas, pôde-se observar que, 7% foram submetidas a tratamento médico, 10% foram proibidas de consumir bebidas alcoólicas, 25% entregaram ao estado ou a uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) determinada quantia, e apenas 5% participaram em programas de prevenção da violência. Estes resultados demonstram que as mulheres podem ser agressoras de VRI e, como tal, serem condenadas por essas ações (Abel, 200; Lynn et al., 2014).

No que concerne aos factos da violência, podemos constatar que na maioria das vezes, a violência ocorreu no contexto (85%) de uma relação heterossexual, ocorrendo em menor proporção no âmbito de uma relação homossexual (15%). Adicionalmente a violência ocorreu numa prática continuada e em 3 casos (18%) ocorreu um aumento de gravidade da violência. Contudo, o estudo de Sousela (2006) demonstrou que as mulheres tendem a cometer mais atos de violência com menor gravidade.

Ademais, destacam-se diversos tipos de violência executados pelas agressoras de VRI. Entre esses tipos, os mais prevalentes são a violência emocional, observada em 70% dos casos, seguida da violência física, presente em 55% dos incidentes. De igual forma, estudos demonstram que as mulheres tendem a exercer violência física e violência

psicológica direcionada aos seus parceiros (Beça, 2012; Caldwell et al., 2009; Matias et al., 2021). Além disso, também se verificaram ocorrências de violência financeira em 25% dos casos, enquanto a perseguição foi identificada apenas em 15% dos incidentes. No que diz respeito ao uso de armas para ameaçar as vítimas, observou-se que 25% das mulheres recorreram a armas brancas com esse propósito. Além disso, 15% das mulheres utilizaram armas para efetivamente agredir as suas vítimas. Dentro desse grupo, 10% optaram por usar armas brancas como meio de agressão. Seguindo esta perspetiva, verificou-se na literatura que as mulheres agressoras de VRI tendem a utilizar armas durante os episódios violentos (Conceição, 2019, Lynn, et al., 2014).

No que se refere às motivações para a prática de VRI presentes nas mulheres agressoras foram identificas várias mencionadas na literatura nomeadamente, os ciúmes da agressora em relação à vítima (45%) (Caldwell et al., 2009), as situações de separação (35%) (Conceição, 2019), o consumo de álcool pela agressora (25%), o abuso excessivo de álcool (10%), o consumo de drogas por parte da agressora (5%) (Caldwell et al., 2009; Carney et al., 2007; Lynn, et al., 2014), a vingança (Stuart et al., 2006; Whitaker et al., 2014), a presença de perturbação mental da agressora (20%) (Gass et al., 2011), o controlo (Hester, 2012; Slashinski, Coker & Divs, 2003; Smith, et al. 2004; Tjaden & Thoennes, 2000). Porém, foram reconhecidas motivações não mencionadas na literatura, mais especificamente, a dependência da agressora em relação à vítima, os problemas financeiros (40%), a ocorrência de violência mútua (20%), as ameaças de separação (17%) e os ganhos materiais (10%).

Posto isto, adicionalmente existem fatores de risco e problemáticas identificadas que vão de encontro ao que é identificado na literatura, nomeadamente, a impulsividade (55%) (Caldwell et al., 2009; Lynn et al., 2014; Moffitt et al., 2001; Shorey, et al., 2011), as perturbações de humor (25%) (Gass et al., 2011), os problemas ao nível do emprego (25%) (Caman et al., 2016), e a vitimização na infância (15%) (Lynn et al., 2014). No entanto, os resultados da amostra do presente estudo demonstram que, apesar de em certa parte, os resultados irem de encontro com a literatura supramencionada, também foram identificados outros fatores de risco como as perturbações de ansiedade (25%), os problemas ao nível das relações familiares/conjugais (25%), os défices de competências pessoais/sociais (15%), e as atitudes pró-criminais (10%).

No que concerne às condenações judiciais prévias, observa-se que 5% agressoras já possuíam histórico de condenação ou medida anterior por crimes relacionados à

violência doméstica. Além disso, também se constata que apenas 5% possuía condenação ou medida anterior por outros crimes de natureza violenta.

Relativamente às atitudes e comportamentos das mulheres agressoras em relação à violência e aos crimes cometidos, verificou-se que a maioria delas tende a negar ou minimizar o dano infligido à vítima, constituindo 70% dos casos. Além disso, 65% atribuem a causa do comportamento violento à própria vítima, enquanto 60% atribuem essa causa a fatores externos.

No que se refere às atitudes da agressora em relação à sua intervenção, a maioria (80%) expressa atitudes positivas a respeito da mesma. Metade (50%) não reconhece a condenação como justa, enquanto 45% não identifica qualquer problema em si própria. Apenas (25%) não demonstra motivação para iniciar ou manter-se em qualquer programa de intervenção ou prevenção da violência.

Relativamente à comparação entre ambos sexos relativamente às variáveis do estudo, pôde-se verificar que aos homens foi lhes aplicada a obrigação de participação em programas de prevenção da violência em maior proporção (35%). Neste seguimento, também demonstram participar em programas dirigidos à problemática de VD com maior frequência (25%) do que as mulheres agressoras (0%). Estes dados podem ser explicados pelo facto de em Portugal ainda não existirem programas adequados às especificidades das mulheres agressoras de VRI (DGRSP, 2023). Adicionalmente, os homens praticaram com maior frequência crimes de VRI de forma continuada (95%) do que as mulheres (9%), demonstrando também um aumento da gravidade da violência. Este facto pode ser corroborado pelo estudo de Sousela (2006). No que concerne aos tipos de violência perpetrados, os homens praticaram violência social (e.g., impedir contacto com familiares e amigos) sobre as suas vítimas em maior proporção (40%) do que as mulheres (10%). O estudo de Henning e colaboradores (2006) constatou os homens agressores tendem a ser mais controladores e violentos do as mulheres agressoras. Relativamente à presença de problemáticas/fatores de risco estes tendem apresentar com maior frequência do que as mulheres crenças de legitimação da violência (45%), impulsividade (85%), atitudes pró-criminais (40%), e antecedentes criminais (50%) incluindo condenações anteriores por crime de VD (30%).

Em suma, a amostra do presente estudo demonstra ser maioritariamente congruente com a literatura existente, ainda que em diversos momentos da análise pudéssemos ter obtido novos pontos a ter em consideração.

Este estudo constatou que os homens agressores em relações de violência nas intimidades (VRI) participavam em programas de prevenção da violência em maior proporção do que as mulheres agressoras. Isso pode ser explicado pelo facto de, a nível nacional, existirem programas que abordam exclusivamente as problemáticas apresentadas por agressores conjugais do sexo masculino, como o programa PAVD (DGRSP, 2023). No entanto, os resultados revelaram a existência de problemáticas/fatores de risco nas mulheres agressoras de VRI, tais como impulsividade, perturbações mentais, dificuldades de emprego, histórias de vitimização na infância, problemas nas relações familiares/conjugais, falta de competências pessoais/sociais, atitudes que favorecem o crime e crenças que legitimam a utilização da VRI. Estas mulheres também apresentam diversas motivações para cometer violência, tais como ciúmes, situações de separação, consumo de substâncias, vingança, necessidade de controlo, dependência em relação à vítima, dificuldades financeiras, ocorrência de violência mútua e ganhos materiais. Estes fatores de risco e problemáticas, bem como as motivações para o comportamento violento, podem ser diferentes dos encontrados nos homens agressores em relações de VRI. Portanto, torna-se evidente a importância da implementação de programas de intervenção capazes de abordar a complexidade deste fenómeno. Esses programas devem não só incluir estratégias direcionadas para homens agressores de VRI, mas também levar em consideração as diversas especificidades e problemáticas presentes nas mulheres agressoras de VRI apresentadas neste estudo.

Esta investigação apresenta limitações em relação à amostra, devido ao seu tamanho reduzido. Desta maneira, os resultados não são generalizáveis para outras populações de mulheres agressoras de VRI. Adicionalmente, o tamanho reduzido da amostra condicionou a elaboração de análises que permitissem a identificação de diferenças entre homens e mulheres agressoras de VRI nomeadamente ao nível da sua fiabilidade.

Outra limitação concerne a metodologia utilizada, no sentido que apenas foi utilizada uma abordagem quantitativa, não permitindo assim uma compreensão mais completa e aprofundada da problemática.

Apesar destas limitações, considera-se que os resultados obtidos aumentam o conhecimento científico sobre as problemáticas desta população, ainda pouco explorada.

Como sugestão para estudos futuros, visto que, a maioria dos estudos sobre as problemáticas das mulheres agressoras VRI ocorrem segundo uma metodologia quantitativa, seria vantajoso realizar mais investigações recorrendo a análises qualitativas e quantitativas. Desta maneira obter-se-ia uma melhor perceção acerca das diferentes formas de violência perpetradas, contribuindo assim para o desenvolvimento de práticas de avaliação de risco e de intervenção mais eficazes nestes casos. Adicionalmente, seria importante explorar as características presentes em mulheres agressoras de VRI que cometem atos de violência a parceiras femininas, dado que neste estudo a amostra de mulheres em contexto de relações homossexuais foi reduzida.

Por fim, considera-se pertinente explorar problemáticas identificadas nas mulheres agressoras deste estudo nomeadamente a presença de crenças de legitimação do uso da violência e a ausência de sentido critico relativamente à violência praticada.

Referências

Abel, M. (2001). Comparing the social service utilization, exposure to violence, and trauma symptomology of domestic violence female "victims" and female "batterers". *Journal of Family Violence 16*, 401–420. https://doi.org/10.1023/A:1012276927091

Archer J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: a meta-analytic review. *Psychological bulletin, 126*(5), 651–680. https://doi.org/10.1037/0033-2909.126.5.651

Associação Portuguesa de Apoio à vítima (APAV). (2020). *Homens vítimas de violência nas relações de intimidade.* https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/FI_HomensVitimas_2020.pdf

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2020). *Estatísticas APAV – Relatório Anual 2020*. https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2020.pdf

Babcock, J. C., Miller, S. A., & Siard, C. (2003). Toward a typology of abusive women: differences between partner-only and generally violent women in the use of violence. *Psychology of Women Quarterly, 27*(2), 153–161. https://doi.org/10.1111/1471-6402.00095

Bates, E. A., Graham-Kevan, N., & Archer, J. (2014). Testing predictions from the male control theory of men's partner violence. *Aggressive Behavior, 40*, 42–55. doi: 10.1002/ab.21499

Beça, S. (2012). *A mulher enquanto agressora no crime de violência doméstica* [Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. http://hdl.handle.net/10284/3518

Caetano, R., Mikler, S., & Field, C. (2005). Unidirectional and bidirectional intimate partner violence among white, black, and hispanic couples in the united states. *Violence and Victims*, *20*, 393–406. https://doi.org/10.1891/088667005780927584

Caman, S., Howner, K., Kristiansson, M., & Sturup, J. (2016). Differentiating male and female intimate partner homicide perpetrators: A study of social, criminological and clinical factors. *The International Journal of Forensic Mental Health, 15*(1), 26–34. https://doi.org/10.1080/14999013.2015.1134723

Caldwell, J. E., Swan, S. C., Allen, C. T., Sullivan, T. P., & Snow, D. L. (2009). Why i hit him: women's reasons for intimate partner violence. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma, 18*(7), 672–697. https://doi.org/10.1080/10926770903231783

Carney, M., Buttell, F. & Dutton, D. (2007). Women who perpetrate intimate partner violence: A review of the literature with recommendations for treatment. *Aggression and violent behaviour. 12*, 108-115. doi: 10.1016/j.avb.2006.05.002

Centers for Disease Control and Prevention. *Intimate partner violence: definitions*. 2017 (https://www .cdc .gov/violenceprevention/ intimatepartnerviolence/ definitions.html)

Chesney, M. (2002). Criminalizing victimization: the unintended consequences of pro-arrest policies for girls and women. *Criminology & Public Policy, 2*(1), 81–90. https://doi.org/10.1111/j.1745-9133.2002.tb00108.x

Conceição, C. (2019). *Fatores de risco associados ao homicídio cometido por mulheres nas relações de intimidade* [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário Egas Moniz]. Repositório comum. http://hdl.handle.net/10400.26/29893

Dasgupta, S. D. (2002). A framework for understanding women's use of nonlethal violence in intimate heterosexual relationships. *Violence Against Women*, *8*(11), 1364–1389. https://doi.org/10.1177/107780102237408

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (2023). Programas específicos de reabilitação. https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C3%A7a-de-adultos/Penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/Programas-e-projetos/Programas-espec%C3%ADficos-de-reabilita%C3%A7%C3%A3o

Dutton, D. (1999). The traumatic origins of intimate rage. *Aggression and Violent Behavior, 4*(4), 431-448. https://doi.org/doi:10.1016/S1359-1789(98)00027-5

Ehrensaft, M. K., Moffitt, T. E., & Caspi, A. (2004). Clinically abusive relationships in an unselected birth cohort: men's and women's participation and developmental antecedents. *Journal of abnormal psychology, 113*(2), 258–270. https://doi.org/10.1037/0021-843X.113.2.258

Emery, C. R. (2010). Examining an extension of Johnson's hypothesis: is male perpetrated intimate partner violence more underreported than female violence? item non-response in the project on human development in chicago neighborhoods. *Journal of Family Violence, 25*(2), 173–181. https://doi.org/10.1007/s10896-009-9281-0

Gass, J. D., Stein, D. J., Williams, D. R., & Seedat, S. (2011). Gender Differences in Risk for Intimate Partner Violence Among South African Adults. *Journal of Interpersonal Violence, 26*(14), 2764–2789. https://doi.org/10.1177/0886260510390960

Henning, K., & Feder, L. A. (2004). Comparison of men and women arrested for domestic violence: who presents the greater threat? *Journal of Family Violence 19*(2)*,* 69–80. https://doi.org/10.1023/B:JOFV.0000019838.01126.7c

Henning, K., Jones, A., & Holdford, R. (2003). Treatment needs of women arrested for domestic violence: a comparison with male offenders. *Journal of Interpersonal Violence, 18*(8), 839-856. https://doi.org/doi:10.1177/0886260503253876

Henning, K., Renauer, B., & Holdford, R. (2006). Victim or offender? heterogeneity among women arrested for intimate partner violence. *Journal of Family Violence, 21*(6), 351–368. https://doi.org/10.1007/s10896-006-9032-4

Hester, M. (2012). Portrayal of women as intimate partner domestic violence perpetrators. *Violence Against Women, 18*(9), 1067-1082. https://doi.org/10.1177/1077801212461428

Hester, M. (2013). Who does what to whom? gender and domestic violence perpetrators in english police. *European Journal of Criminology, 10*(5), 623–637. https://doi.org/10.1177/1477370813479078

Hines, D. A., & Malley-Morrison, K. (2001). Psychological effects of partner abuse against men: a neglected research area. *Psychology of Men & Masculinity, 2*(2), 75–85. https://doi.org/10.1037/1524-9220.2.2.75

Johnson, M. P. (2006). Conflict and control: gender symmetry and asymmetry in domestic *violence. Violence Against Women, 12*(11), 1003–1018. https://doi.org/10.1177/1077801206293328

Kevan, N. (2007). Domestic violence: research and implications for batterer programmes in europe. *European Journal on Criminal Policy and Research, 13*(3), 213-225. https://doi.org/10.1007/s10610-007-9045-4

Laskey, P., Bates, E., & Taylor, J. (2019). A systematic literature review of intimate partner violence victimization: An inclusive review across gender and sexuality. *Aggression and Violent Behavior, 47*, 1-11. https://doi:10.1016/j.avb.2019.02.014

Machado, A., Hines, D., & Matos, M. (2016). Help-seeking and needs of male victims of intimate partner violence in Portugal. *Psychology of Men & Masculinity, 17*(3), 255-264. https://doi:10.1037/men0000013

Manita, C. Programas de intervenção em agressores de violência conjugal: intervenção psicológica e prevenção da violência doméstica. *Ousar integrar – revista de reinserção social e prova, 1*, 21-32. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/64477

Matias, A., Gonçalves, M., Soeiro, C., & Matos, M. (2021). Intimate partner homicide in portugal: what are the (as)symmetries between men and women? *European Journal on Criminal Policy and Research, 27*, 471–494. https://doi.org/10.1007/s10610-020-09469-w

Melton, H. C., & Sillito, C. L. (2012). The role of gender in officially reported intimate partner abuse. *Journal of Interpersonal Violence, 27*(6), 1090–1111. https://doi.org/10.1177/0886260511424498

Miller, S. (2001). The paradox of women arrested for domestic violence: criminal justice professionals and service providers respond. *Violence Against Women, 7*(12), 1339–1376. https://doi.org/10.1177/10778010122183900

Moffitt, T. E., Caspi, A., Rutter, M., & Silva, P. A. (2001). Sex differences in antisocial behaviour: conduct disorder, delinquency, and violence in the dunedin longitudinal study. *Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press*. https://doi.org/10.1017/CBO9780511490057

Palmetto, N., Davidson, L., & Rickert, V. (2013). Predictors of physical intimate partner violence in the lives of young women: victimization, perpetration, and bidirectional violence. *Violence and Victims, 28*(1), 103-121. https://doi:10.1891/0886-6708.28.1.103

Patra, P., Prakash, J., Khanna, P., & Patra, B. (2018). Intimate partner violence: wounds are deeper. *Indian Journal of Psychiatry, 60*(4), 494-498. https://doi.org/10.4103/psychiatry.IndianJPsychiatry_74_17

Ridings, L., Beasley, L., Bohora, S., Espeleta, H., & Silovsky, J. (2018). The role of social support on depression among vulnerable caregivers reporting bidirectional physical violence. *Journal of Interpersonal Violence, 36*, 5–6. https://doi.org/10.1177/0886260518767913

Sartin, R. M., Hansen, D. J., & Huss, M. T. (2006). Domestic violence treatment response and recidivism: a review and implications for the study of family violence. *Aggression and Violent Behavior, 11*(5), 425–440. https://doi.org/10.1016/j.avb.2005.12.002

Seamans, C., Rubin, L. & Stabb, S. (2007). Women domestic violence offenders: lessons of violence and survival. *Journal of trauma & dissociation, 8*(2). 47-68. https://doi.org/10.1300/j229v08n02-04.

Shorey, R. C., Febres, J., Brasfield, H., & Stuart, G. L. (2011). A descriptive investigation of proximal factors to female perpetrated psychological aggression in dating relationships. *Partner Abuse, 2*(2), 131–146. https://doi.org/10.1891/1946-6560.2.2.131

Simmons, C., Lehmann, P. & Cobb, N. (2008). A comparison of women versus men charged with intimate partner violence: general risk factors, attitudes regarding using violence, and readiness to change. *Violence and victims*, *23*(5). 571-585. doi: 10.1891/0886-6708.23.5.571.

Simmons, C. A., Lehmann, P., Cobb, N., & Fowler, C. R. (2005). Personality profiles of women and men arrested for domestic violence: An analysis of similarities and differences. *Journal of Offender Rehabilitation, 41*(4), 63–81. https://doi.org/10.1300/J076v41n04_03

Swan, S., Gambone, L., Caldwell, J., Sullivan, T. & Snow, D. (2008). A review of research on women's use of violence with male intimate partners. *Violence and victims, 23*(3). 301-314. https://doi.org/10.1891/0886-6708.23.3.301.

Sousela, L. (2006). *Violência conjugal feminina: contextos, motivos e consequências* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/52216

Slashinski, M. J., Coker, A. L., & Divs, K. E. (2003). Physical aggression, forced sex, and stalking victimization by a dating partner: an analysis of the national violence against women survey. *Violence and Victims, 18*(6), 595-617. https://doi.org/10.1891/vivi.2003.18.6.595

Smith, S., Henderson, L., & Watson, M. (2004). The paradox of the female batterer: exploring the link between gender, personality, and intimate violence. *Family Violence and Sexual Assault, 20*(1), 5–10.

Stewart, L. A., Gabora, N., Allegri, N., & Stewart, M. C. (2014). Profile of female perpetrators of intimate partner violence in an offender population: implications for treatment. *Partner Abuse, 5*(2), 168-188. https://doi.org/10.1891/1946-6560.5.2.168

Stuart, G. L., Moore, T. M., Gordon, K. C., Hellmuth, J. C., Ramsey, S. E., & Kahler, C. W. (2006). Reasons for intimate partner violence perpetration among arrested women. *Violence against women, 12*(7), 609–621. https://doi.org/10.1177/1077801206290173

Thornton, A. J., Graham-Kevan, N., & Archer, J. (2016). Intimate partner violence: are the risk factors similar for men and women, and similar to other types of offending?. *Aggressive behavior, 42*(4), 404–412. https://doi.org/10.1002/ab.21635

Tjaden, P., & Thoennes, N. (2000). Prevalence and consequences of male-to-female and femaleto-male intimate partner violence as measured by the National Violence Against Women Survey. *Violence Against Women, 6*, 142-161.

Walker, T. (2013). Voices from the group: violent women's experiences of intervention. *Journal of Family Violence, 28*(4), 419–426. https://doi.org/10.1007/s10896-013-9509-x

Whitaker M. P. (2014). Motivational attributions about intimate partner violence among male and female perpetrators. *Journal of interpersonal violence, 29*(3), 517–535. https://doi.org/10.1177/0886260513505211

World Health Organization. (2012). *Understanding and addressing violence against women*. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77432/WHO_RHR_12.36_eng.pdf

World Health Organization (2021). Violence Against Women. Retirado de: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women.

Yonfa, E. D. A., Fasol, M., Cueva, C. M., & Zavgorodniaya, A. C. (2021). Intimate partner violence: a Literature Review. *The Open Psychology Journal, 14*(1), 11–16. https://doi.org/10.2174/1874350102114010011